

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/13627	16249/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DAAC - DIVISÃO DE AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Assunto: Concurso Público para a cedência temporária de Espaços Municipais para a instalação de Unidades de Produção para Autoconsumo, Autoconsumo Coletivo /Comunidade de Energia Renovável

Considerando que:

1. Por deliberação do Executivo Municipal de 14 de abril de 2022, a Câmara Municipal de Braga deliberou remeter à aprovação da Assembleia Municipal, o Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC), que definiu diversas medidas de sustentabilidade energética, designadamente, a de avaliar os locais de maior produção energética resultante da instalação de painéis fotovoltaicos e promover a respetiva implementação, no âmbito do projeto de avaliação do potencial fotovoltaico do edificado no Concelho, aprovado em 6 de maio de 2022, pela Assembleia Municipal;
2. No seguimento e em execução dessa medida, e tendo em vista reduzir os custos da utilização da energia elétrica e minimizar os respetivos impactos ambientais, o Município de Braga pretende proceder à instalação de Unidade de Produção para Autoconsumo (UPAC), com vista a produzir localmente a sua própria energia e contribuir diretamente para o abatimento dos consumos de eletricidade adquiridos aos comercializadores de energia, seus custos e emissões de gases com efeito de estufa, bem como a criação futura de um ACC/CER (Autoconsumo Coletivo/Comunidade de Energia Renovável) para partilha da energia excedente com outras instalações consumidoras de energia elétrica;



3. Com efeito, as unidades de autoconsumo aproveitam a energia produzida por sistemas fotovoltaicos, injetando a energia excedente, não diretamente consumida, na rede elétrica de serviço público para ser partilhada com outras instalações consumidoras de energia elétrica que não tenham condições para a instalação de painéis fotovoltaicos através do ACC/CER;
4. Com vista à instalação das UPAC, o Município de Braga pretende lançar um concurso público para a instalação de painéis fotovoltaicos nas coberturas de alguns edifícios municipais e das Escolas Secundárias do concelho;
5. Para cumprimento desse desiderato, o Município celebrou com a Construção Pública, EPE, proprietária dos equipamentos Educativos, Escola Secundária de D. Maria II, Escola Secundária Alberto Sampaio, Escola Secundária Carlos Amarante e Escola Secundária Sá de Miranda, protocolos de colaboração que fazem parte integrante da presente Proposta, através dos quais, a Construção Pública, EPE, autoriza o Município de Braga, a realizar as obras necessárias à instalação da Unidade de Produção para Auto Consumo.

Mais considerando:

6. A instalação da Unidade de Produção para Autoconsumo visa, simultaneamente, reduzir a fatura energética nos edifícios municipais abrangidos e nas Escolas Secundárias, bem como, aumentar a quota de energia proveniente de fontes de energia renovável nos edifícios públicos do concelho, indo ao encontro do estabelecido nos documentos estratégicos nacionais (PNEC 2030) e locais (PAESC de Braga) contribuindo para a transição energética do Município de Braga;
7. A Implementação de medidas que promovem a descarbonização do Município através da utilização de energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis com emissões zero para satisfazer as necessidades de energia elétrica dos equipamentos/edifício de Braga;
8. A Redução da fatura energética através da compra de energia limpa a preço inferior ao atual e com estabilidade no período contratual de 10 anos;
9. O Município não terá custos na aquisição da solução (UPAC's) e nem custos de operação e manutenção;
10. No final do contrato, a solução passa a pertencer ao Município sem qualquer investimento e a poupança financeira será ainda superior à do período da concessão (10 anos) sendo importante referir que o período de vida típico da solução é superior a 20 anos com rendimentos superiores a 80%;
11. Com a instalação dos painéis fotovoltaicos o Município poderá poupar entre de **114.152 mil euros** para o cenário de instalação da **Potência Mínima 1500kW**, reduzindo a



emissão de **CO2 em 132,74tonCO2 ano**, e cerca de **267.399 mil euros** para a Instalação da **Potência Máxima 3500kW**, reduzindo as emissões de **CO2 em cerca de 310,94tonCO2 ano**;

12. A manifesta utilidade para o concelho, comunidade escolar e local e para a concretização dos objetivos comuns acima enumerados;
13. O Município dispõe de atribuições no domínio da energia, ambiente e promoção do desenvolvimento – fr. Alíneas b), k) e m) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL);
14. Compete à Câmara Municipal aprovar os programas de concursos e cadernos de encargos – cfr. Artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do RJAL, na redação em vigor;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere,

1 - Autorizar a abertura do procedimento por CONCURSO PÚBLICO PARA A “CEDÊNCIA TEMPORÁRIA DE ESPAÇOS MUNICIPAIS PARA A INSTALAÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO”;

2 - Aprovar as peças do procedimento, Caderno de Encargos de UPAC e Anexo I;

3 - Aprovar a constituição do Júri do procedimento, nos termos do n.º 1 do art.º 67º do CCP, designando como membros do mesmo: Efetivos – André Ruão, que presidirá, Octávio Oliveira, 1ª vogal, que também substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos, e Leila Camacho, 2º vogal; Suplentes – Filipe Fernandes, 1º vogal e Ana Costa, 2ª vogal;

Da delegação no júri, nos termos do n.º 1 do artigo 109.º do CCP, das competências atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar, desde que não impliquem aumento da despesa e não constem da parte final do n.º 2 do art.º 69º do CCP, nomeadamente:

- Proceder às formalidades necessárias ao procedimento nas plataformas eletrónicas;
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP;
- A prorrogação do prazo para a apresentação de propostas, artigo 64.º do CCP;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, art.º 66.º do CCP;



- Proceder à apreciação das candidaturas/ das propostas/ de soluções de projetos; - Elaborar os relatórios de análise das candidaturas/ das propostas/ de soluções de projetos.

Da delegação na Divisão de Contratação Pública, das competências acima delegadas no júri, ao abrigo do disposto no artigo 125.º do CCP, caso o júri seja dispensado nos termos do n.º 4 do art.º 67º do CCP.

Da delegação na Divisão de Contratação Pública, das seguintes competências:

- Proceder às formalidades necessárias ao procedimento nas plataformas eletrónicas;
 - A prorrogação do prazo para a apresentação de propostas, artigo 64.º do CCP;
 - Proceder à notificação da decisão de adjudicação e solicitar a apresentação dos documentos de habilitação e prestação de caução, quando aplicável, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 77.º do CCP, acompanhada do relatório final de análise de propostas, n.º 3 do art.º 77º do CCP.
 - Proceder à notificação a todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, nos termos do n.º 1 do artigo 85.º do CCP;
 - A prorrogação do prazo de apresentação, ou a supressão de irregularidades, dos documentos de habilitação, nos termos do n.º 2 do artigo 85.º do CCP e nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 132º do CCP.
- 4 - Delegar no Júri, nomeado nos termos do n.º 2 do art.º 69º do CCP, a competência para prestar todos os esclarecimentos solicitados, proceder à apreciação das propostas, elaborar os respetivos relatórios de análise das propostas, e realizar a audiência prévia;
- 5 – Nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º para efeitos do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de prévia autorização da abertura do procedimento em causa.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Proposta para Reunião de Executivo

Assunto: CONCURSO PÚBLICO PARA A CEDÊNCIA TEMPORÁRIA DE ESPAÇOS MUNICIPAIS PARA A INSTALAÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO, AUTOCONSUMO COLETIVO/COMUNIDADE DE ENERGIA RENOVÁVEL

Considerando que:

- 1) Por deliberação do Executivo Municipal de 14 de abril de 2022, a Câmara Municipal de Braga deliberou remeter à aprovação da Assembleia Municipal, o Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC), que definiu diversas medidas de sustentabilidade energética, designadamente, a de avaliar os locais de maior produção energética resultante da instalação de painéis fotovoltaicos e promover a respetiva implementação, no âmbito do projeto de avaliação do potencial fotovoltaico do edificado no Concelho, aprovado em 6 de maio de 2022, pela Assembleia Municipal;
- 2) No seguimento e em execução dessa medida, e tendo em vista reduzir os custos da utilização da energia elétrica e minimizar os respetivos impactos ambientais, o Município de Braga pretende proceder à instalação de Unidade de Produção para Autoconsumo (UPAC), com vista a produzir localmente a sua própria energia e contribuir diretamente para o abatimento dos consumos de eletricidade adquiridos aos comercializadores de energia, seus custos e emissões de gases com efeito de estufa, bem como a criação futura de um ACC/CER (Autoconsumo Coletivo/Comunidade de Energia Renovável) para partilha da energia excedente com outras instalações consumidoras de energia elétrica;
- 3) Com efeito, as unidades de autoconsumo aproveitam a energia produzida por sistemas fotovoltaicos, injetando a energia excedente, não diretamente consumida, na rede elétrica de serviço público para ser partilhada com outras instalações consumidoras de energia elétrica que não tenham condições para a instalação de painéis fotovoltaicos através do ACC/CER;
- 4) Com vista à instalação das UPAC, o Município de Braga pretende lançar um concurso público para a instalação de painéis fotovoltaicos nas coberturas de alguns edifícios municipais e das Escolas Secundárias do concelho;

- 5) Para cumprimento desse desiderato, o Município celebrou com a Construção Pública, EPE, proprietária dos equipamentos Educativos , Escola Secundária de D. Maria II, Escola Secundária Alberto Sampaio, Escola Secundária Carlos Amarante e Escola Secundária Sá de Miranda, protocolos de colaboração que fazem parte integrante da presente Proposta, através dos quais, a Construção Pública, EPE, autoriza o Município de Braga, a realizar as obras necessárias à instalação da Unidade de Produção para Auto Consumo.

Mais considerando:

- 6) A instalação da Unidade de Produção para Autoconsumo visa, simultaneamente, reduzir a fatura energética nos edifícios municipais abrangidos e nas Escolas Secundárias, bem como, aumentar a quota de energia proveniente de fontes de energia renovável nos edifícios públicos do concelho, indo ao encontro do estabelecido nos documentos estratégicos nacionais (PNEC 2030) e locais (PAESC de Braga) contribuindo para a transição energética do Município de Braga;
- 7) A Implementação de medidas que promovem a descarbonização do Município através da utilização de energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis com emissões zero para satisfazer as necessidades de energia elétrica dos equipamentos/edifício de Braga.
- 8) A Redução da fatura energética através da compra de energia limpa a preço inferior ao atual e com estabilidade no período contratual de 10 anos.
- 9) O Município não terá custos na aquisição da solução (UPAC's) e nem custos de operação e manutenção.
- 10) No final do contrato, a solução passa a pertencer ao Município sem qualquer investimento e a poupança financeira será ainda superior à do período da concessão (10 anos) sendo importante referir que o período de vida típico da solução é superior a 20 anos com rendimentos superiores a 80%.
- 11) Com a instalação dos painéis fotovoltaicos o Município poderá poupar entre de **114.152 mil euros** para o cenário de instalação da **Potência Mínima 1500kW**, reduzindo a emissão de **CO2 em 132,74tonCO2 ano**, e cerca de **267.399 mil euros** para a Instalação da **Potência Máxima 3500kW**, reduzindo as emissões de **CO2 em cerca de 310,94tonCO2 ano**

- 12) A manifesta utilidade para o concelho, comunidade escolar e local e para a concretização dos objetivos comuns acima enumerados;
- 13) O Município dispõe de atribuições no domínio da energia, ambiente e promoção do desenvolvimento – fr. Alíneas b), k) e m) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL);
- 14) Compete à Câmara municipal aprovar os programas de concursos e cadernos de encargos – cfr. Artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do RJAL, na redação em vigor;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere,

1 - Autorizar a abertura do procedimento por CONCURSO PÚBLICO PARA A “CEDÊNCIA TEMPORÁRIA DE ESPAÇOS MUNICIPAIS PARA A INSTALAÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO”

2 - Aprovar as peças do procedimento, Caderno de Encargos de UPAC e Anexo I

3 - Aprovar a constituição do Júri do procedimento, nos termos do n.º 1 do art.º 67º do CCP, designando como membros do mesmo: Efetivos – André Ruão, que presidirá, Octávio Oliveira, 1ª vogal, que também substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos, e Leila Camacho, 2ª vogal; Suplentes – Filipe Fernandes, 1ª vogal e Ana Costa, 2ª vogal;

Da delegação no júri, nos termos do n.º 1 do artigo 109.º do CCP, das competências atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar, desde que não impliquem aumento da despesa e não constem da parte final do n.º 2 do art.º 69º do CCP, nomeadamente:

- Proceder às formalidades necessárias ao procedimento nas plataformas eletrónicas;
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.
- A prorrogação do prazo para a apresentação de propostas, artigo 64.º do CCP;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, art.º 66.º do CCP;
- Proceder à apreciação das candidaturas/ das propostas/ de soluções de projetos;

- Elaborar os relatórios de análise das candidaturas/ das propostas/ de soluções de projetos.

Da delegação na Divisão de Contratação Pública, das competências acima delegadas no júri, ao abrigo do disposto no artigo 125.º do CCP, caso o júri seja dispensado nos termos do n.º 4 do art.º 67º do CCP.

Da delegação na Divisão de Contratação Pública, das seguintes competências:

- Proceder às formalidades necessárias ao procedimento nas plataformas eletrónicas;
- A prorrogação do prazo para a apresentação de propostas, artigo 64.º do CCP;
- Proceder à notificação da decisão de adjudicação e solicitar a apresentação dos documentos de habilitação e prestação de caução, quando aplicável, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 77.º do CCP, acompanhada do relatório final de análise de propostas, n.º 3 do art.º 77º do CCP.
- Proceder à notificação a todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, nos termos do n.º1 do artigo 85.º do CCP;
- A prorrogação do prazo de apresentação, ou a supressão de irregularidades, dos documentos de habilitação, nos termos do n.º 2 do artigo 85.º do CCP e nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 132º do CCP .

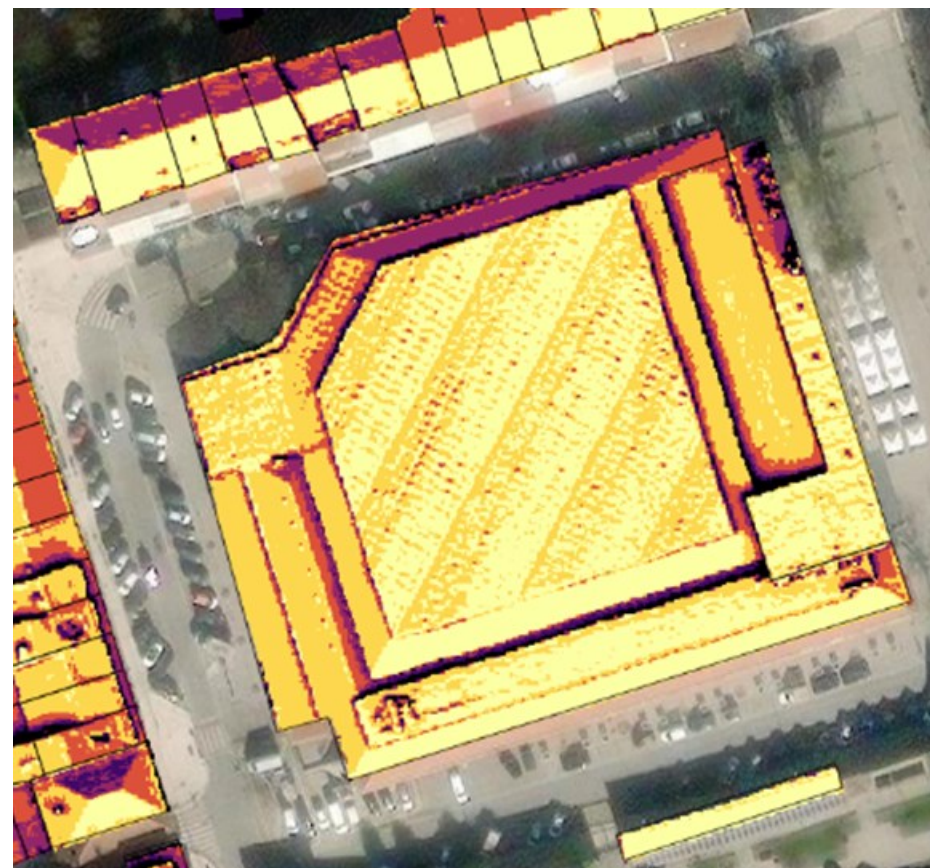
4 - Delegar no Júri, nomeado nos termos do n.º 2 do art.º 69º do CCP, a competência para prestar todos os esclarecimentos solicitados, proceder à apreciação das propostas, elaborar os respetivos relatórios de análise das propostas, e realizar a audiência prévia;

5 – Nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º para efeitos do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de prévia autorização da abertura do procedimento em causa.

ANEXO I

Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

1	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar m²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	Mercado Municipal	292.95	464 037	2 826	PT0002000133952499HL	Praça do Comércio	S. Vicente	Administração Pública



Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar m²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
2	Escola Secundária Sá de Miranda	292.95	456 148	4 270	PT0002000114734203FV	Rua Dr. Domingos Soares	S. Vicente	Edifício Escolar



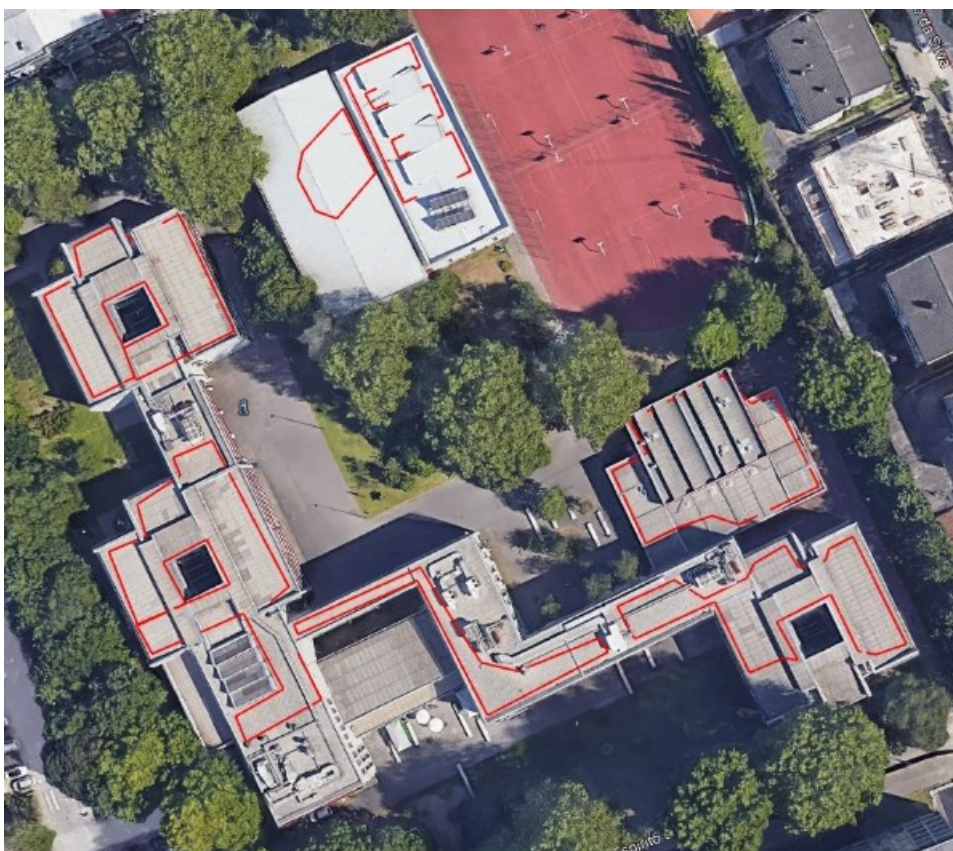
Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

	Nome	Potência contratada	KWh/ano <small>SET22/AGO23</small>	Área de cobertura (exposição solar - m ²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
3	Convento do Pópulo	232.5	402 110	1 176	PT0002000080720487GN	Praça Conde de Agrolongo	S. Lázaro e S. João do Souto	Administração Pública
UPAC com o Certificado 30197/UPAC, Potência geradores: 68,85 kW (270 painéis de 255W), Potência instalada: 68,85 kW (6 inversores) que devem ser removidos e entregues no estaleiro municipal para que o Município os possa utilizar noutra instalação que não a mencionadas neste caderno de encargos e atualizar o registo da UPAC para a nova potência de geradores e Instalada.								



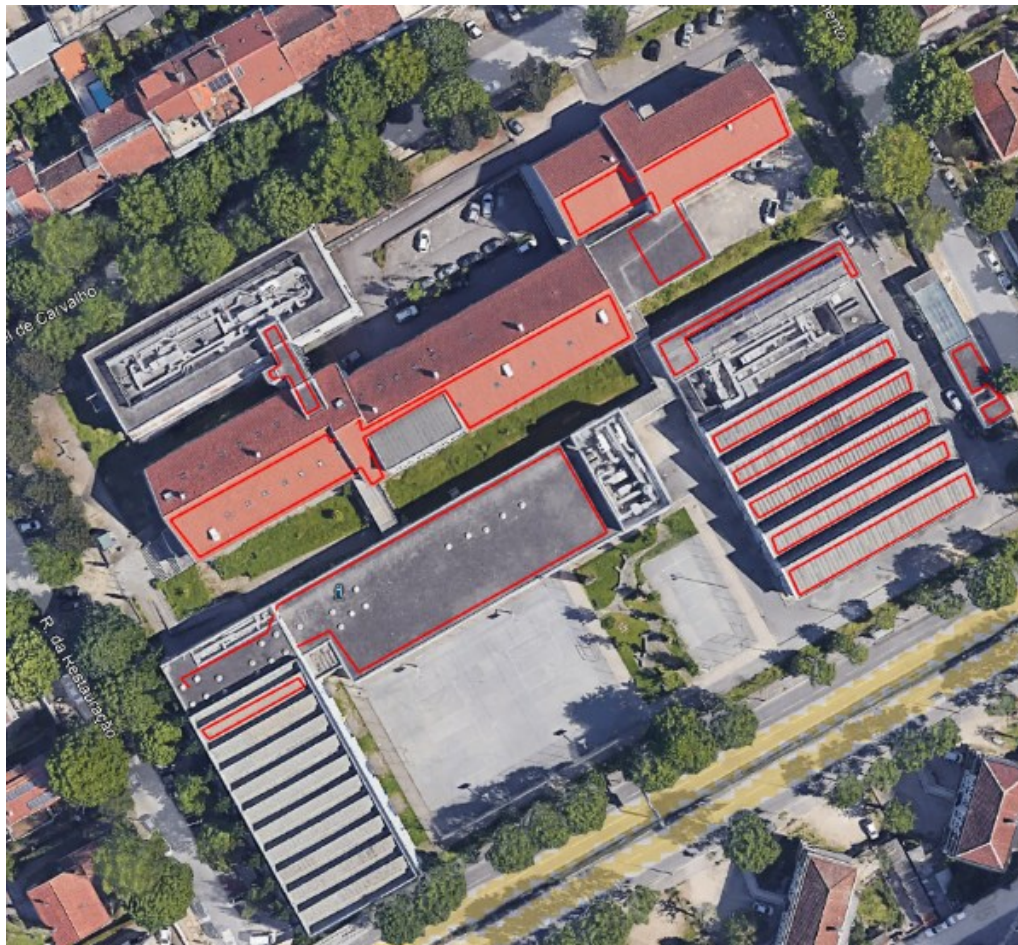
Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

4	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m ²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	Escola Secundária Alberto Sampaio	292.95	343 567	2 973	PT0002000114930735LZ	Rua Álvaro Carneiro	S. Lázaro e S. João do Souto	Edifício Escolar



Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

5	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	Escola Secundária Carlos Amarante	192.79	305 827	3 438	PT0002000114647601ZX	Rua Martins Sarmiento	S. Vitor	Edifício Escolar



Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

6	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m ²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	Escola Secundária D. Maria II	173.74	286 886	3 914	PT0002000114811962FJ	Rua 25 de Abril	S. Lázaro e S. João do Souto	Edifício Escolar



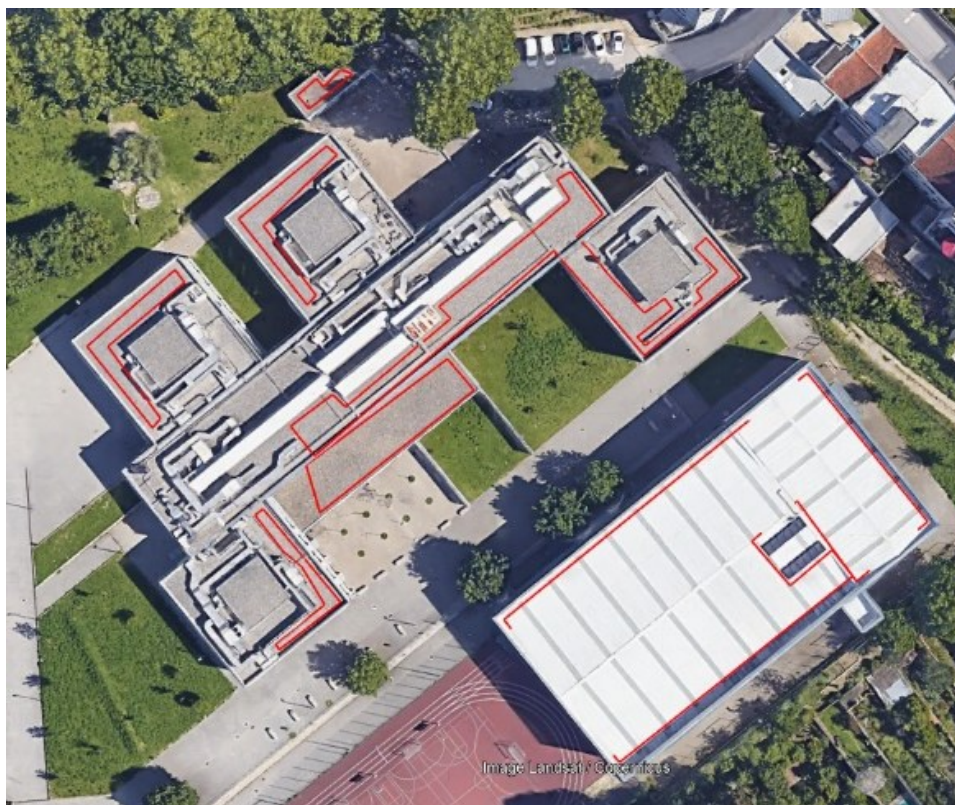
Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

7	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	EB 2,3 André Soares	292.95	265 777	3 645	PT0002000118999421AT	Rua André Soares	S. Lázaro e S. João do Souto	Edifício Escolar



Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

8	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	EB 2,3 Francisco Sanches	186	174 013	2 702	PT0002000118999374TE	Travessa do Taxa	S. Vitor	Edifício Escolar



Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

9	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	EB 2,3 Lamações	107.8	148 905	2 697	PT0002000073124809ZS	Rua Dr. Egídio Guimarães	S. Vitor	Edifício Escolar



Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

10	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	Pavilhão/Piscina de Maximinos	41.4	139 994	1 626	PT0002000068252306LQ	Rua dos Órfãos	Maximinos, Sé e Cidade	Recinto Desportivo
	UPAC com o Certificado 267951/MCP, Potência geradores: 8,28 kW, Potência instalada: 8 kW que devem ser integrados e monitorizados de forma a ser contabilizada a sua energia produzida em separado dos novos painéis/UPAC a instalar							



Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

11	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	EB 2,3 de Celeirós	90	137 962	1 524	PT0002000073333139XB	Rua da Paciência	Celeirós, Aveleda e Vimieiro	Edifício Escolar



Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

12	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	EB 2, 3 de Real	74	128 185	2 400	PT0002000071629003TZ	Avenida de São Frutuoso	Real, Dume e Semelhe	Edifício Escolar



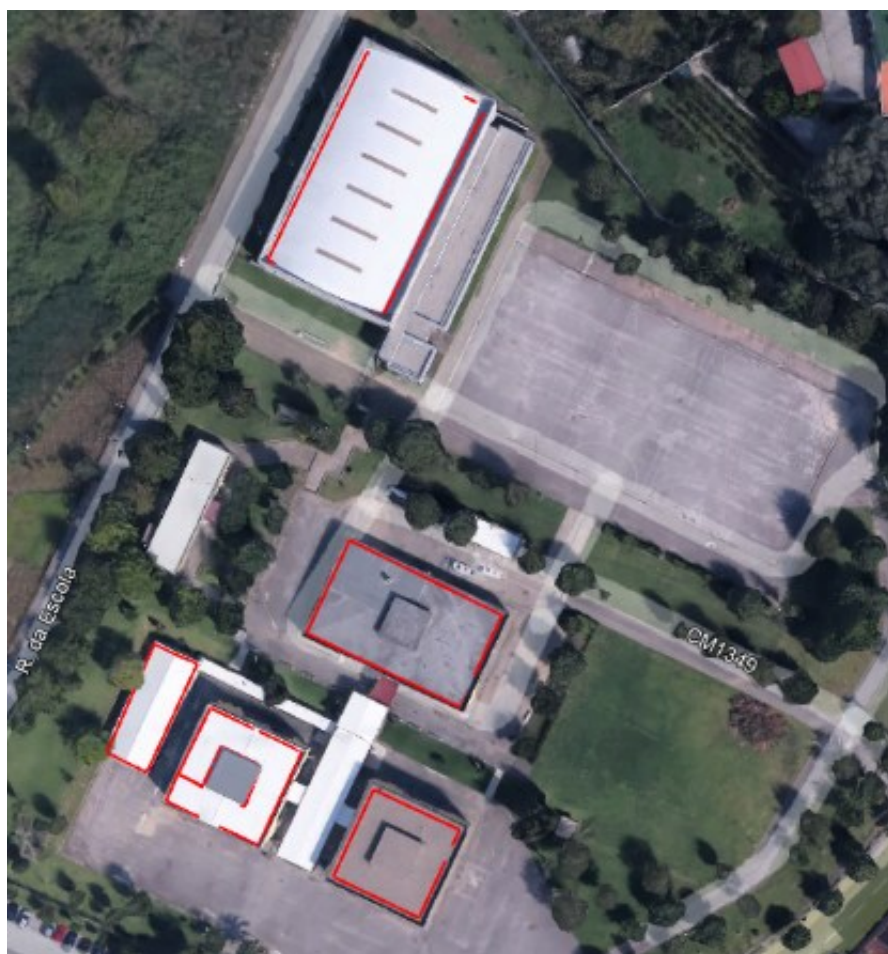
Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m ²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
13	Escola Secundária de Maximinos	168	115 199	1 639	PT0002000069870662AT	Av. dos Órfãos S. Caetano	Maximinos, Sé e Cidade	Edifício Escolar



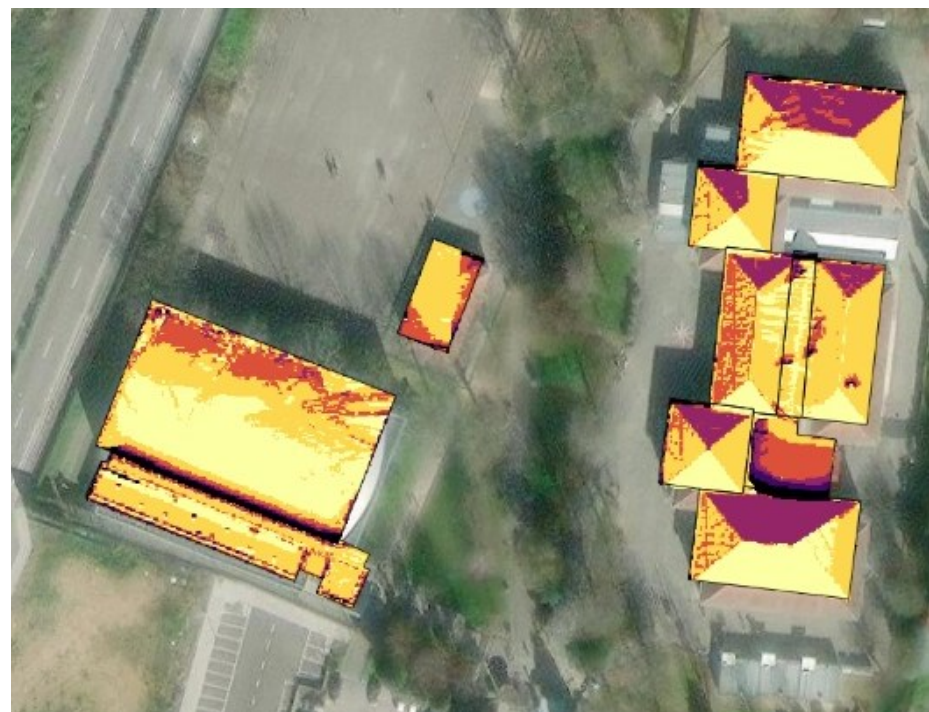
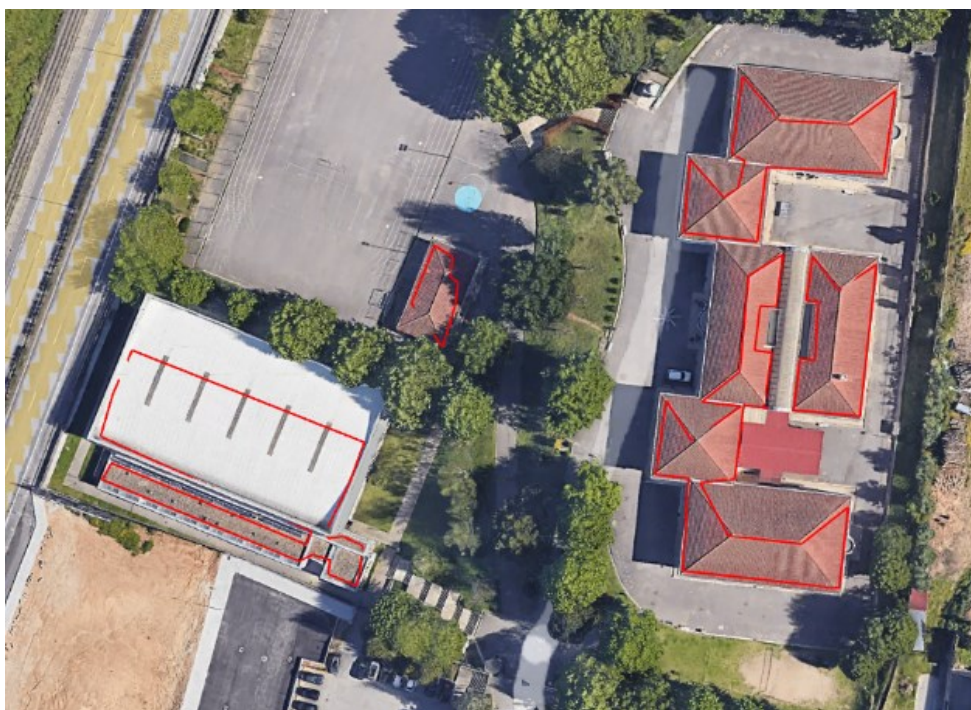
Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

14	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	EB 2, 3 de Cabreiros	54	105 609	2 998	PT0002000069866097BN	Largo João Martins de Oliveira	Cabreiros e Passos (S. Julião)	Edifício Escolar



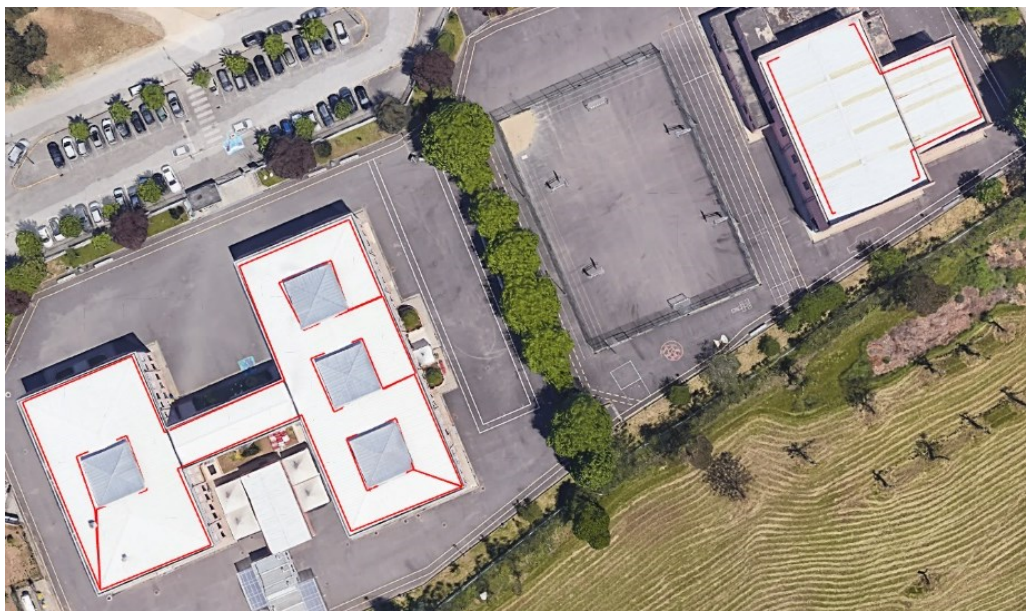
Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

15	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	EB 2, 3 de Nogueira	70.5	101 884	2 452	PT0002000069867331LG	Lugar do Agrelo	Nogueira, Fraião e Lamações	Edifício Escolar



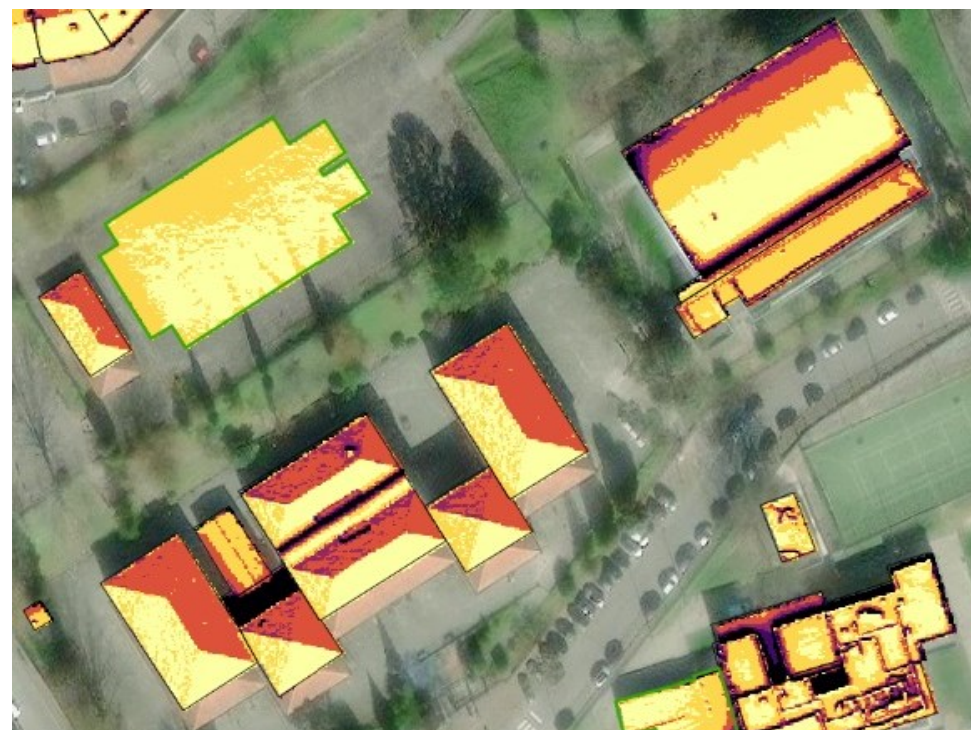
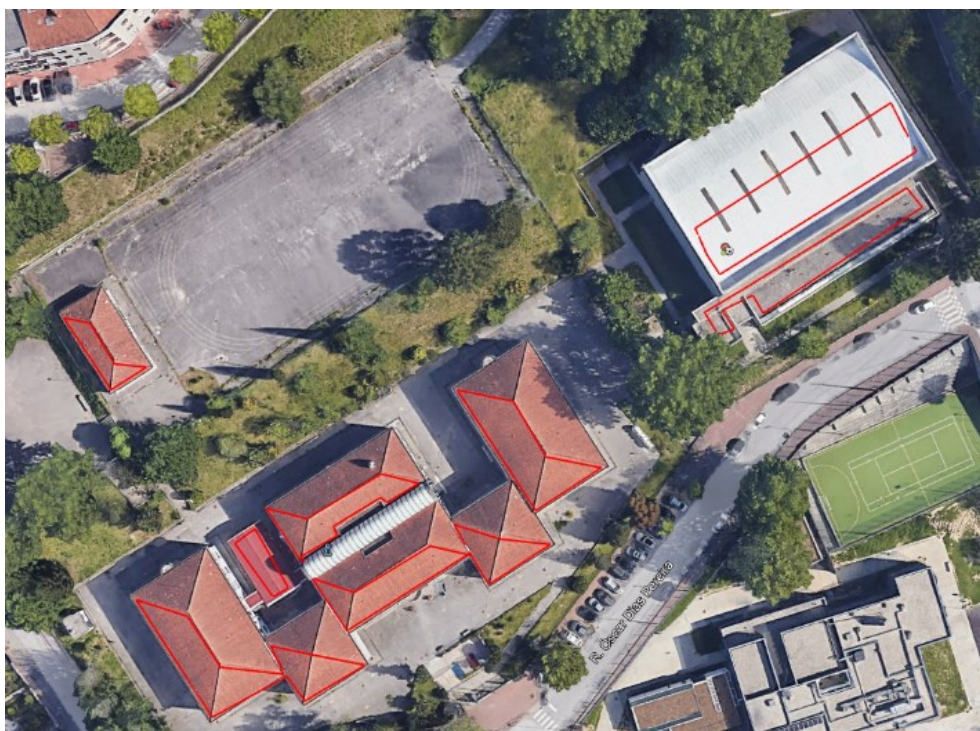
Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
16	EB 2,3 Mosteiro e Cávado	106	99 263	2 228	PT0002000100061522QW	Rua Prof. Domingos Alves	Merelim (S. Paio), Panoias e Parada de Tibães	Edifício Escolar



Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

17	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	EB 2, 3 de Gualtar	81.5	97 858	1 772	PT0002000069867089PS	Rua da Igreja Nova	Gualtar	Edifício Escolar



Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

18	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	Complexo da Rodovia	101	62 544	504	PT0002000069870569KE	Lugar da Rodovia	S. Vitor	Serviço Público



Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

19	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	Quartel Bombeiros Sapadores	41.41	50 859	1 167	PT0002000121684344JH	Avenida do Estádio	Real, Dume e Semelhe	Bombeiros
UPAC com o Certificado 294769/MCP, Potência geradores: 36,45 kW, Potência instalada: 30,00 kW que devem ser integrados e monitorizados de forma a ser contabilizada a sua energia produzida em separado dos novos painéis/UPAC a instalar								



Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

20	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	EB1 e JI Fraião	41.4	37 172	737	PT0002000020250247QS	Rua da Boavista	Nogueira, Fraião e Lamações	Edifício Escolar



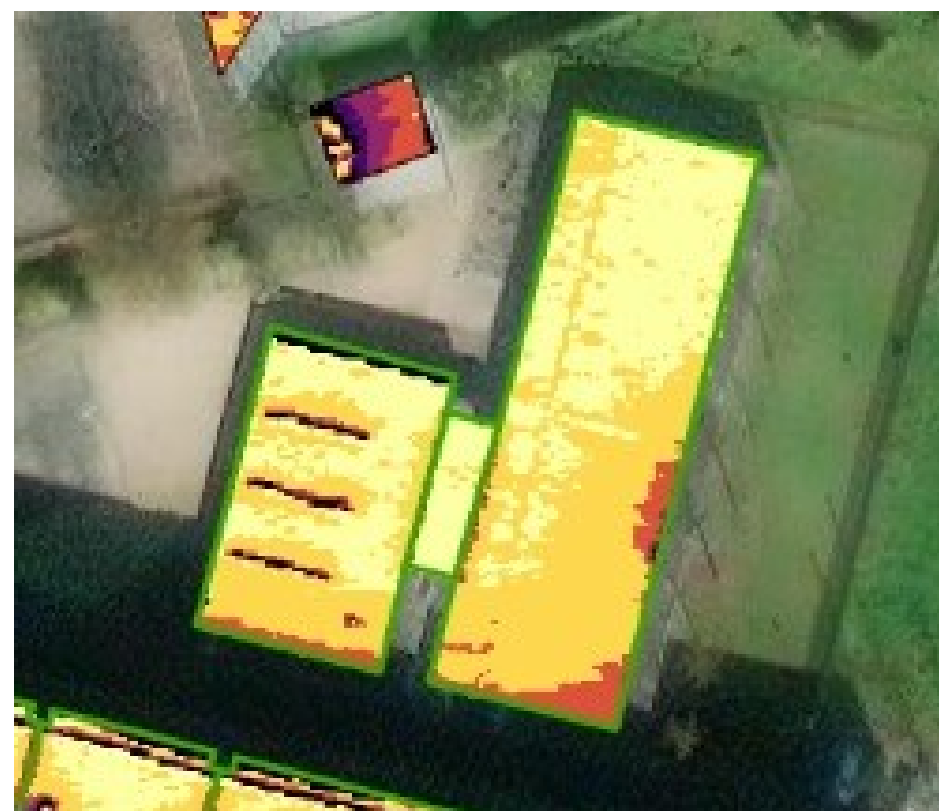
Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

21	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	CE S. Frutuoso	41.41	36 476	1195	PT0002000114092294CS	Rua S. Salvador de Montélios	Real, Dume e Semelhe	Edifício Escolar



Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

22	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	CE da Naia	20.7	34 246	1 106	PT0002000111496016TT	Rua do Cruzeiro	Ferreiros e Gondizalves	Edifício Escolar



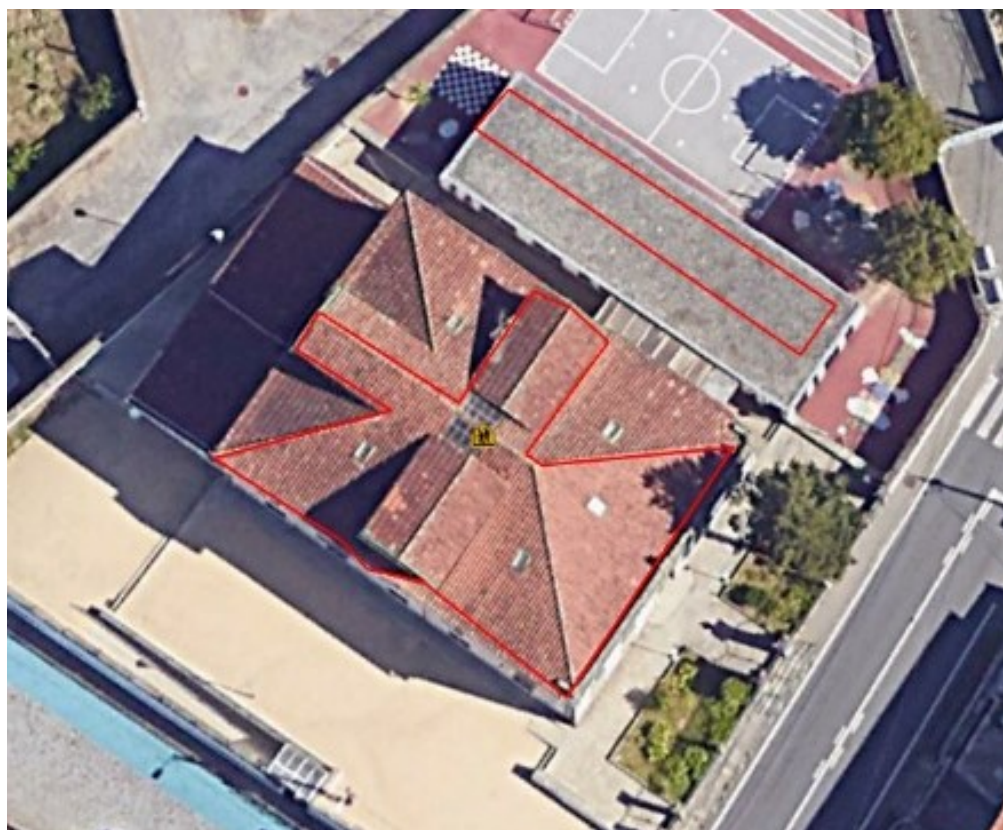
Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

23	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	EB de Trandeiras	13.8	31 711	211	PT0002000020517717FH	Rua do Souto	Morreira e Trandeiras	Edifício Escolar



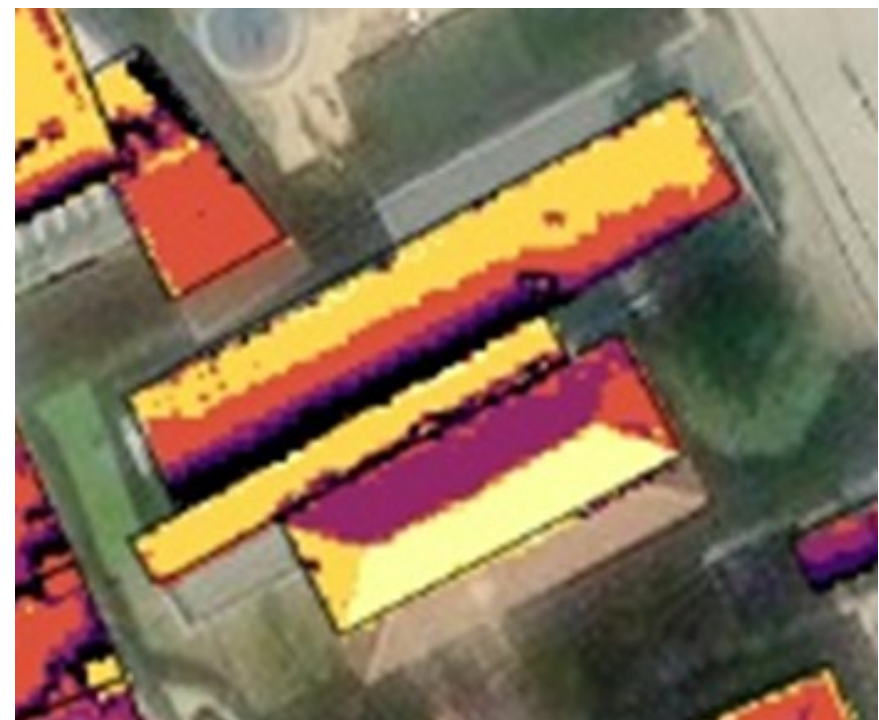
Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

24	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	EB de Lomar	34.5	30 748	242	PT0002000020159138BD	Rua do Souto	Lomar e Arcos	Edifício Escolar



Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

25	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	Jl de São Lázaro	41.4	30 668	269	PT0002000020236341XR	Rua Damão	S. Lázaro e S. João do Souto	Edifício Escolar



Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

26	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	Piscina das Parretas	34.5	21 129	103	PT0002000074343129QW	Alameda da Fonte	Maximinos, Sé e Cividade	Espaços Desportivos



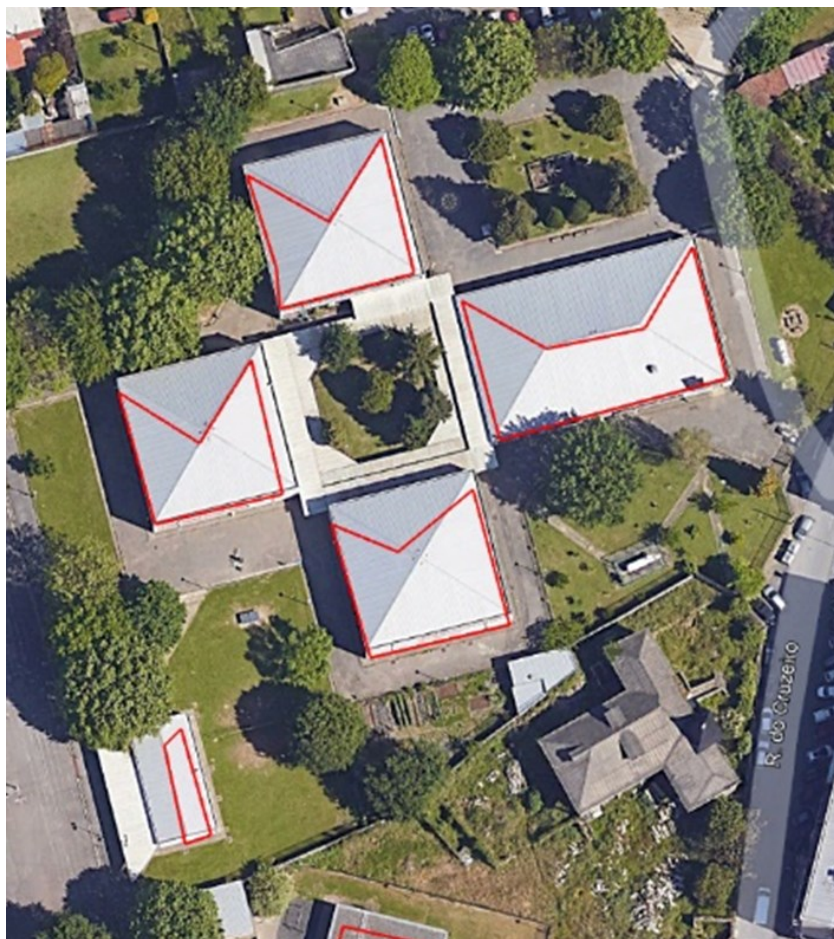
Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

27	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m ²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	EB das Parretas	27.6	19 077	739	PT0002000020424716NY	Urb. Parretas Qta	Maximinos, Sé e Cidade	Edifício Escolar



Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

28	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m ²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	EB 2.3 Frei Caetano Brandão	102	83 982	1 449	PT0002000069870092RM	Rua da Naia	Maximinos, Sé e Cidade	Edifício Escolar



Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

29	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	EB 2.3 Tadim	99.9	78 414	1 444	PT0002000069868414CY	Rua Nova de Trigoal	Tadim	Edifício Escolar



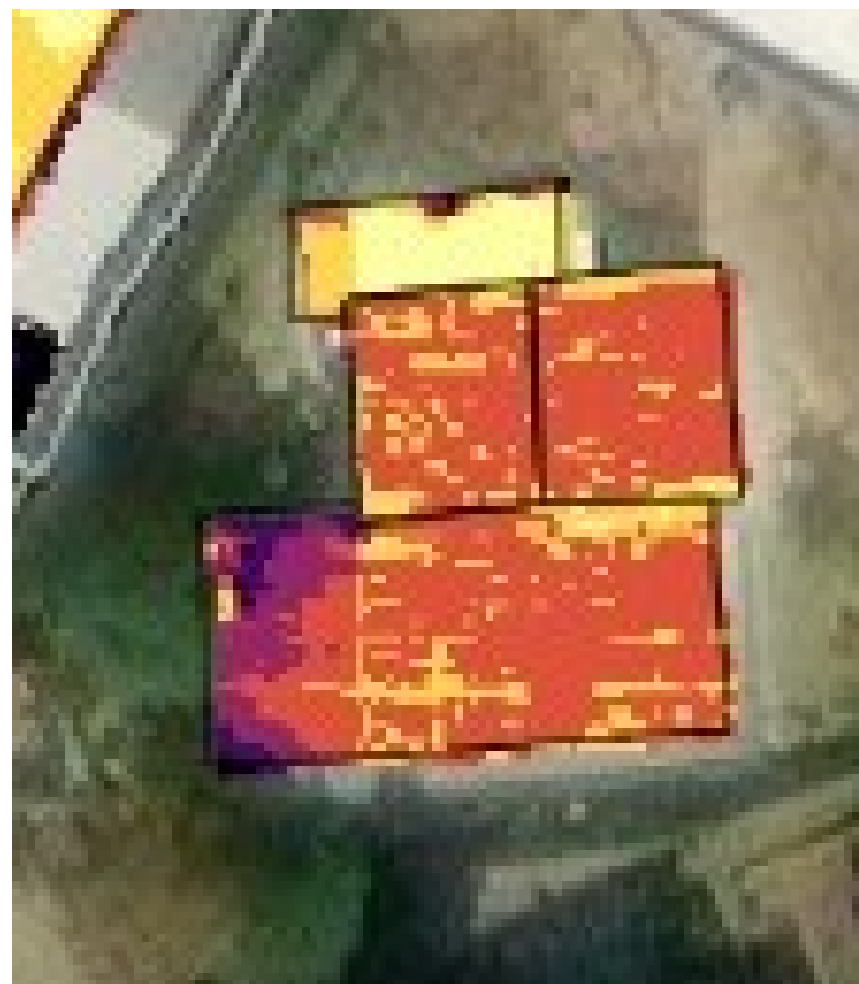
Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

30	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	EB 2.3 Palmeira	87	118 399	2 615	PT0002000069867898CL	Lugar de Pitancinhos	Palmeira	Edifício Escolar



Áreas de cobertura para instalação de painéis fotovoltaicos (CPE)

31	Nome	Potência contratada	KWh/ano SET22/AGO23	Área de cobertura (exposição solar - m²)	CPE	Morada	Freguesia	Tipo de Infraestrutura
	Jl Quinta das Fontes	13.8	21 762	25	PT0002000020509823DJ	Urbanização Quinta das Fontes	S. Vicente	Edifício Escolar



Índice

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO.....	3
Cláusula 1ª.....	3
Disposições e Cláusulas por que se rege o Contrato	3
Cláusula 2ª.....	3
Entidade Pública Cedente	3
Cláusula 3ª.....	3
Objeto, Modalidade do Procedimento e Preço.....	3
Cláusula 4ª.....	4
Órgão que tomou a decisão de contratar	4
Cláusula 5ª.....	4
Prazo da concessão	4
Cláusula 6ª.....	4
Fundamentação da escolha do procedimento	4
Cláusula 7ª.....	5
Fundamentação do preço base	5
Cláusula 8ª.....	5
Requisitos de Admissão	5
Cláusula 9ª.....	6
Forma e Modo de Apresentação da Proposta e dos documentos que as instruem.....	6
Cláusula 10ª	7
Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas	7
Cláusula 11ª	7
Documentos que que instruem a Proposta	7
Cláusula 12ª	8
Acesso às peças do procedimento	8
Cláusula 13ª	8
Visita aos equipamentos.....	8
Cláusula 14ª	8
Prazo e Local de Apresentação das Propostas.....	9
Cláusula 15ª	9
Demonstração de Adequação Funcional de Equipamentos e Plataformas	9
Cláusula 16ª	9

Propostas variantes.....	9
Cláusula 17ª	9
Júri, Esclarecimentos e Retificação das Peças do Procedimento.....	9
CAPÍTULO II.....	10
Cláusula 18ª	10
Critérios de adjudicação.....	10
Cláusula 19ª	10
Deliberações sobre as Propostas.....	11
Cláusula 20ª	11
Prazo da Validade da Proposta.....	11
Cláusula 21ª	11
Adjudicação.....	11
Cláusula 22ª	12
Caducidade da adjudicação	12
Cláusula 23ª	13
Documentos de habilitação	13
Cláusula 24ª	15
Regime de beneficiário efetivo.....	15
Cláusula 25ª	15
Caução	15
Cláusula 26ª	16
Prazo para apresentação dos documentos de habilitação.....	16
Cláusula 27ª	16
Aprovação da Minuta do Contrato	16
Cláusula 28ª	17
Contrato	17
Cláusula 29ª	17
Encargos do Adjudicatário	17
Cláusula 30ª	17
Litígios.....	17
Cláusula 31ª	17
Reserva.....	17
Cláusula 32ª	18
Omissões	18

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

CONCURSO PÚBLICO PARA A CEDÊNCIA TEMPORÁRIA DE ESPAÇOS MUNICIPAIS PARA A INSTALAÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO, AUTOCONSUMO COLETIVO/COMUNIDADE DE ENERGIA RENOVÁVEL

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª

Disposições e Cláusulas por que se rege o Contrato

1. Na cedência onerosa de espaços municipais abrangida pelo contrato observar-se-ão as cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante.
2. Consideram-se integrados no contrato o programa do procedimento, o caderno de encargos, a proposta concorrente, bem como todos os documentos que sejam referidos no título contratual ou no Caderno de Encargos.

Cláusula 2ª

Entidade Pública Cedente

1. Nos termos do artigo 2.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Contratos Públicos (doravante designado CCP), a entidade concedente é o Município de Braga, representado pela sua Câmara Municipal, sita na Praça Conde de Agrolongo, 4704-514, em Braga.
2. O contrato de Concessão objeto do presente procedimento será celebrado em nome do Município de Braga e outorgado nos termos do artigo 106, n.º 1 do CCP.

Cláusula 3ª

Objeto, Modalidade do Procedimento e Preço

1. Para efeitos da cláusula 1ª, o Município de Braga cede ao Adjudicatário, o uso e a fruição, pelo prazo da cedência temporária, das instalações (coberturas dos edifícios, outros equipamento e solos) dos Espaços Municipais objeto do contrato, em conformidade com o

previsto no Caderno de Encargos e respetivos anexos.

2. A presente a concessão objeto do presente procedimento, é celebrada através do concurso Público, ao abrigo do disposto no número 1 do artigo 31.º e artigo 407 e seguintes, todos do CCP, na sua atual redação.

Cláusula 4ª

Órgão que tomou a decisão de contratar

Nos termos do art.º 36.º do CCP, a decisão de contratar subjacente ao presente procedimento foi tomada por deliberação da Câmara Municipal de Braga datada de/...../....., tendo sido remetida a proposta de aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º para efeitos do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e aprovada por deliberação datada de/...../.....

Cláusula 5ª

Prazo da concessão

1. A concessão terá como prazo de duração **10 anos** a contar do início de vigência do contrato, nos termos da cláusula 3.º do caderno de encargos.
2. O período de vigência do contrato inicia a partir da data da última assinatura aposta no mesmo, sendo condição de eficácia e data de início da execução contratual sendo condição de eficácia, mas a sua execução só se inicia após o Visto do Tribunal de Contas.

Cláusula 6ª

Fundamentação da escolha do procedimento

1. Compete à Câmara Municipal, de acordo com o previsto no artigo 33.º alínea "ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal". Neste sentido e face ao objeto contratual, é adotado o procedimento de concessão previsto no n.º 1 do artigo 31.º e artigo 407 e seguintes.
2. Atendendo a que o valor do contrato previsto para este procedimento ser no máximo de **3. 826.920,00€**, o fundamento da escolha do procedimento tem por base o:
Critério do valor definido no artigo 20.º, n.º 1, al. a) em conjugação com o artigo 474º, nº3, alínea c), cujos valores foram atualizados pelos Regulamento Delegado EU 2017/2365, do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Cláusula 7º

Fundamentação do preço base

O cálculo do preço base teve em consideração a produção típica da tecnologia fotovoltaica para o cenário da instalação da potência mínima e máxima.

O preço base de 0,08€/kWh teve por base o valor típico a energia elétrica produzida pela tecnologia fotovoltaica e a eliminação das perdas das redes associadas aos fornecimentos de energia elétrica através da Rede Elétrica de Serviço Público, bem como aos preços de mercado atualmente praticados pelos comercializador de energia elétrica do Município de Braga.

O limite máximo anual estimado em 382.692.00€ resulta das seguintes estimativas:

Instalação da Potência Máxima 3500kW;

Energia Anual Estimada = 4 783 650kWh/ano

Preço unitário = 0,08€/kWh

Cláusula 8ª

Requisitos de Admissão

1. Podem apresentar propostas todas as empresas ou seus agrupamentos, que se encontrem qualificadas como empresas de serviços energéticos ou agrupamentos qualificados no âmbito do Sistema de Qualificação de Empresas de Serviços Energéticos, independentemente do nível de qualificação, e que integrem a lista que consta da página oficial da Direção Geral de Energia e Geologia (<http://www.dgeg.pt>), desde que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do CCP, salvo o disposto nos termos do artigo 55.º-A do CCP.

2. A apresentação de propostas por agrupamentos obedece às seguintes condições:

- a) O agrupamento concorrente deve integrar, pelo menos, uma empresa de serviços energéticos qualificada;
- b) Sempre que a solução proposta contemple a execução de trabalhos de empreitada, o agrupamento concorrente deve ainda integrar, pelo menos, uma empresa habilitada com Alvará de Construção adequado aos trabalhos propostos;
- c) Os membros do agrupamento concorrente não podem, em simultâneo, ser concorrentes de forma isolada ou integrar outro agrupamento concorrente;
- d) Todos os membros do agrupamento, e apenas esses, deverão associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de Agrupamento Complementar de Empresas ou de Consórcio Externo nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, com sede em Portugal;

3. O agrupamento deve fornecer à entidade adjudicante indicação clara da modalidade

de associação escolhida e da participação qualitativa e quantitativa de cada empresa constituinte, assumindo igualmente que possui as condições legais adequadas ao exercício de atividade compatível com o objeto do Procedimento;

4. Todos os membros do agrupamento serão individual e solidariamente responsáveis, perante o Município de Braga, pela manutenção da sua proposta;

5. Não será permitida a alteração na composição do agrupamento de empresas, salvo autorização da entidade adjudicante, seja por substituição, entrada ou saída de qualquer membro, sob pena de exclusão do concurso;

6. A insolvência de qualquer das empresas integrantes de agrupamento candidato, ou a pendência do respetivo processo, acarreta a imediata exclusão do concurso, seja qual for a fase em que o procedimento se encontre, salvo quando se encontrarem abrangidas por um plano especial de recuperação (PER), sem prejuízo da responsabilidade solidária das restantes empresas do agrupamento pelos prejuízos

Cláusula 9ª

Forma e Modo de Apresentação da Proposta e dos documentos que as instruem

1. A(s) proposta(s) e os documentos que a instruem serão apresentados através da **plataforma eletrónica** em uso nesta entidade sita em: <https://www.vortal.biz/pt>.
2. Os concorrentes deverão **assinar eletronicamente todos os documentos carregados** na Plataforma, mediante a utilização de Certificado de Assinatura Qualificada, de acordo com o artigo 54.º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto, sendo necessário selos temporais para a submissão de propostas.
3. Nos casos em que o Certificado Digital **não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura**, deve a entidade interessada **submeter à Plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante:**
 - a. **Certidão do registo comercial** ou no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial **da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos**, e/ou
 - b. **Procuração** que confira a este último, poderes para o efeito, feita pelo interessado a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário ou um organismo profissional qualificado.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto.
5. A proposta deve mencionar que ao preço total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável entendendo-se, na falta desta menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto.

6. Todos os preços, parciais ou totais, não deverão ter mais de quatro casas decimais¹.

Cláusula 10ª

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. No dia imediato ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, o Júri procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica Vortal.
2. O interessado que não tenha sido incluído na lista de concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias, contados da publicação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da respetiva apresentação da proposta.

Cláusula 11ª

Documentos que que instruem a Proposta

A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

1. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, elaborada em conformidade com o modelo e instruções constantes do **Anexo I** ao presente Programa de Concurso.
2. Documentos que contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, a saber:
 - a. Declaração com os preços unitários, a pagar pelo concessionário, durante o período da concessão, através da apresentação do modelo constante do **Anexo III** do presente Programa;
3. Documentos que contenham as condições relativas a aspetos da execução do contrato não submetidas à concorrência:
 - a. A memória descritiva das UPAC a instalar, incluindo a lista e descrição dos serviços assegurados pelo Concorrente/Cocontratante, nomeadamente licenciamentos, instalação e manutenção das UPAC, a informação relativa à manutenção e gestão da ACC/CER, com a devida plataforma, ao encargo da entidade certificada para o efeito e a informação sobre a capacidade de gestão e manutenção da ACC/CER (cfr. al. I) da presente cláusula) sem encargos ou prejuízos imputáveis ou imputados à Entidade Adjudicante;
 - b. Documento com a especificação e identificação da plataforma de gestão proposta pelo concorrente.

No caso de a proposta ser submetida por um agrupamento

4. Se a proposta e todos os documentos que se lhe associarem forem apresentados por um agrupamento de concorrentes, devem os mesmos ser apenas assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos ao

¹ Este número deve retirar-se sempre que não for aplicável ou adaptar-se ao pretendido.

Anexo I dos documentos da proposta, a declaração conforme modelo constante do **ANEXO A** do presente programa de concurso.

5. Se a proposta e todos os documentos que se lhe associarem forem apresentados por um agrupamento de concorrentes e não existir um representante comum, deve a proposta e todos os documentos que se lhe associarem conter a assinatura eletrónica qualificada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

6. Todos os documentos devem ser apresentados em Português ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Cláusula 12ª

Acesso às peças do procedimento

1. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública Vortal com o endereço <https://www.vortal.biz/pt>
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças de procedimento.
3. Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante ou o gestor do procedimento/júri e os interessados, os concorrentes ou o adjudicatário, relativas na fase de formação do contrato, devem ser efetuadas através da plataforma eletrónica atrás referida, nos termos dos artigos 467º a 469º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 13ª

Visita aos equipamentos

1. Os interessados poderão, a expensas suas e sob a sua responsabilidade, realizar uma visita aos equipamentos onde irá ser instalada a UPAC, objeto do contrato a celebrar, devendo inteirar-se das condições dos referidos equipamentos que entendam poder influir no modo de execução das prestações decorrentes do contrato.
2. Os interessados devem solicitar a realização de visita, mediante requerimento a apresentar na plataforma eletrónica de contratação pública, obtendo indicação da data, hora e local, bem como do nome e contactos da pessoa designada para os acompanhar durante a visita aos equipamentos, até 48 horas subsequentes após a apresentação do pedido.
3. O disposto no n.º anterior não afasta o cumprimento dos prazos estabelecidos no artigo 50.º n.º 1 do CCP para efeitos da apresentação do pedido de esclarecimentos e da lista de erros e omissões.
4. No presente procedimento não há lugar à fase de negociação.

Cláusula 14ª

Prazo e Local de Apresentação das Propostas

1. As propostas e os documentos que a instruem serão entregues até às **23H59m do 60.º dia** a contar da data de envio do anúncio para publicação.
2. Sempre que o termo do prazo definido para a apresentação de propostas coincidir com dia em que os serviços da entidade adjudicante estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte.
3. A transferência do termo do prazo definido no número 1, por força do estabelecido no número 2, não determinará qualquer alteração aos prazos que estejam associados ao prazo definido para a apresentação de propostas.

Cláusula 15ª

Demonstração de Adequação Funcional de Equipamentos e Plataformas

1. Após a apresentação das propostas o Júri deverá convocar os concorrentes para a demonstração da plataforma referida na Cláusula 11ª, no prazo máximo de 10 dias uteis.
2. Os candidatos deverão apresentar-se na data, hora e local indicado, devidamente credenciados para fazer a demonstração exigida.
3. Aos candidatos que não se apresentarem, ou apresentando-se não façam a demonstração solicitada serão excluídos.
4. A plataforma será avaliada de acordo com o **Anexo IV** do presente programa de concurso.

Cláusula 16ª

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de proposta(s) variante(s).

Cláusula 17ª

Júri, Esclarecimentos e Retificação das Peças do Procedimento

1. O concurso é conduzido por um júri composto no mínimo por três membros efetivos, um dos quais preside, e dois suplentes.
2. Cabe ao Júri prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.
3. Para efeitos de análise e avaliação das propostas, face às especificações técnicas, de cada um dos lotes, o Júri poderá, nos termos do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 72.º do CCP, solicitar aos concorrentes esclarecimentos e documentação comprovativa que não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

4. No caso de não ser apresentada mais do que uma proposta, o júri poderá ser dispensado nos termos do n.º 4 do artigo 67.º do CCP, sendo as suas funções exercidas pela Divisão de Contratação Pública.

5. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, e apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetadas.

6. Os esclarecimentos, a que se refere o número anterior, serão prestados pelo Júri, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

7. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

8. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica Vortal e juntos às peças do procedimento, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto, prevalecendo sobre as demais em caso de divergência.

9. Todas as notificações e comunicações entre a entidade pública concedente, o júri do concurso e os interessados, referidos no presente artigo, serão efetuadas através da plataforma eletrónica Vortal, nos termos do artigo 61º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.

CAPÍTULO II

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO, CONCORRENTES E ATO PÚBLICO

Cláusula 18ª

Critérios de adjudicação

1. A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade:

a. **Monofator**, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, neste caso o preço de autoconsumo como único aspeto da execução do contrato a celebrar.

b. Para efeitos do número anterior, será considerada mais vantajosa a proposta que apresente o menor preço.

Cláusula 19ª

Deliberações sobre as Propostas

1. As propostas são analisadas de acordo com o critério de adjudicação estabelecido na artigo 16º deste programa de procedimento.
2. Após análise das propostas o Júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas.
3. No relatório preliminar o Júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas, nos termos dos artigos 70º e 146º, ambos do CCP.
4. O Júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito de análise e da avaliação das propostas, ao abrigo do artigo 72º do CCP.
5. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão.
6. Os pedidos do Júri, bem como as respetivas respostas, são disponibilizadas na plataforma eletrónica, e todos os concorrentes notificados desse facto.
7. Elaborado o relatório preliminar, o Júri procede à audiência prévia, enviando-o a todos os concorrentes e concedendo-lhes o prazo de **5 dias úteis** para que se pronunciem por escrito.
8. Cumprido o disposto no número anterior, o Júri elabora um relatório fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo da audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta caso se verifique, nesta fase, a ocorrência dos motivos previstos no nº 2 do artigo 146º do CCP.
9. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constantes do relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia nos termos indicados no n.º 1 do presente artigo.

Cláusula 20ª

Prazo da Validade da Proposta

1. Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas Propostas durante o período mínimo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data do ato público do Procedimento.
2. O prazo referido no número anterior considera-se automaticamente prorrogado se os concorrentes nada requererem ao contrário.

Cláusula 21ª

Adjudicação

1. Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei e no presente programa de procedimento, a entidade pública adjudicante, com base no relatório final fundamentado elaborado pelo Júri, escolhe a melhor proposta.
2. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, através da plataforma eletrónica Vortal, acompanhada do respetivo relatório final de análise das propostas.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o concorrente adjudicatário é igualmente notificado para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação, exigidos nos termos do artigo 21º do presente programa, no prazo de 10 dias úteis;
 - b) Prestar caução devida, no prazo de 10 dias úteis, nos termos do disposto nos artigos 88.º a 90.º do CCP, e **Anexo III** ao presente;
 - c) Confirmar no prazo de 5 dias úteis, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
4. Não haverá lugar a adjudicação se:
 - a) Nenhum concorrente apresentar proposta;
 - b) Todas as propostas tiverem sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, for necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para apresentação das propostas;
 - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
5. A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

Cláusula 22ª

Caducidade da adjudicação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo de 10 dias úteis fixado para o efeito;
 - b) No prazo que lhe for fixado quando se tratar de documento de habilitação que lhe venha a ser exigido nos termos do artigo 81º, nº 8 do CCP;
 - c) Redigidos em língua portuguesa ou, quando for o caso, acompanhados da tradução devidamente legalizada.
2. Quando as situações referidas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, conceder-se-á, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

3. Sem prejuízo de participação criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina, também, a caducidade da adjudicação.
4. Caduca igualmente a adjudicação se o adjudicatário não confirmar os compromissos referidos no artigo 17.º n.º 3 alínea c) deste programa de procedimento, no prazo fixado para o efeito ou até ao termo da respetiva prorrogação que lhe for concedida para o efeito.
5. Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar adjudica a proposta ordenada em lugar subsequente.
6. A adjudicação caduca, ainda, se, no prazo de 10 dias úteis, nos termos do disposto no artigo 91.º do CCP, não for prestada caução.

Cláusula 23ª

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, a reprodução dos documentos de habilitação referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo da possibilidade conferida no n.º 10 do mesmo artigo, caso o adjudicatário se encontra registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, a saber:
 - a. Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo II** ao presente Convite, do qual faz parte integrante.
 - b. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP.
 - c. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente **a impostos** devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do art.º 55.º do CCP.
 - d. Certificado de **registo criminal**, do próprio no caso de pessoas em nome individual, ou **dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência** em efetividade de funções **e da própria pessoa coletiva**, ou documento equivalente, no caso de entidades coletivas, como previsto na alínea b) e h) do art.º 55.º e do art.º 83.º-A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina “Contratação Pública”.
 - e. Cópia da **certidão do registo comercial** ou o código de acesso à certidão permanente ou da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial. ²
 - f. Declaração de início de atividade. ³

² Não aplicável a entidades não comerciais.

³ Aplicável no caso de a adjudicação ser a uma entidade em nome individual.

- g. Documentos de habilitação previstos no número 3 do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro, quando for o caso.
- h. Documentos de habilitação previstos no número 4 do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro, quando for o caso.
- 2. Documento comprovativo que se encontra qualificada como empresas de serviços energéticos ou agrupamentos qualificados no âmbito do Sistema de Qualificação de Empresas de Serviços Energéticos, independentemente do nível de qualificação, e que integrem a lista que consta da página oficial da Direção Geral de Energia e Geologia (<http://www.dgeg.pt>),
- 3. **Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas do adjudicatário ou documento legal certificativo de que é "uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei", considerando o disposto no n.º 9 do artigo 81.º do CCP.**
- 4. No caso de a adjudicação recair sobre uma proposta apresentada por agrupamento:
 - a. Os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, ser apresentados por todos os seus membros.
 - b. Devem apresentar cópia do contrato de constituição da modalidade jurídica de consórcio externo, caso já não disponham de outra modalidade jurídica prevista por lei, do qual constem os elementos previstos no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28.07, nomeadamente:
 - i. Objeto e natureza do consórcio (art.2.º);
 - ii. Denominação do consórcio (art.15.º) ;
 - iii. Duração do consórcio/ vigência;
 - iv. Chefe de consórcio (art.12.º) - representante empresa e responsável. Indicaram em declaração isolada, deverá estar no acordo;
 - v. Obrigações do chefe de consórcio (art.13.º e 14.º);
 - vi. Deveres dos membros do consórcio (art.8.º);
 - vii. Responsabilidade conjunta das partes - Cotação de cada uma das representadas (poderá refletir o peso de cada parte no valor adjudicado).
- 5. O órgão competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, caso em que será, nos termos do n.º 8 do artigo 81.º do CCP, fixado prazo para o efeito.
- 6. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, quando os mesmos, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos numa outra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
- 7. Quando os documentos de habilitação, ou alguns deles, se encontrem disponíveis na internet o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o

endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

8. O órgão competente para a decisão de contratar notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, os quais serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, mediante o mesmo meio que foi admissível para apresentação das propostas.

Cláusula 24ª

Regime de beneficiário efetivo

1. Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá ainda apresentar o **documento comprovativo de registo no RCBE⁴**, ou respetivo código de acesso.
2. Tendo em consideração o disposto no artigo 37.º, nº 1, alínea b), da Lei nº 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, proíbe a celebração decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.
3. Ao adjudicatário será concedido um prazo de 5 dias para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º - A do CCP.

Cláusula 25ª

Caução

Para garantia da celebração do contrato e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o adjudicatário deve prestar uma caução correspondente a 2% da remuneração contratual (remuneração anual proposta multiplicada pelo prazo da concessão), no prazo de 10 dias úteis após a receção da notificação da decisão de adjudicação, mediante um dos seguintes modos:

- a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da Câmara Municipal de Braga, nos termos do modelo constante do Anexo V ao presente Programa de Procedimento, que dele faz parte integrante;
- b) Mediante Garantia Bancária ou Seguro-Caução, nos termos do modelo constante do Anexo VI ao presente Programa de Procedimento, que dele faz parte integrante.

⁴ Estão excluídas da apresentação do RCBE as entidades identificadas no artigo 4.º do Anexo, da Lei 89/2017, de 21 de agosto

Cláusula 26ª

Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar os documentos **no prazo máximo de 5 (cinco) dias** após a notificação da adjudicação.
2. Para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o adjudicatário **dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias** para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP
3. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, **por um período não superior a 5 (cinco) dias**, por solicitação do adjudicatário ao órgão competente para a decisão de contratar. *(n.º 2 do art.º 85º do CCP).*
4. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado do facto ocorrido, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias** se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia. *(n.º 2 do art.º 86º do CCP).*
5. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, por um facto que não seja imputável ao adjudicatário, o prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por solicitação do adjudicatário ao órgão competente para a decisão de contratar, **por um período não superior a 5 (cinco) dias**. *(n.º 3 do art.º 86º do CCP).*

Cláusula 27ª

Aprovação da Minuta do Contrato

1. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos **5 (cinco) dias** subsequentes à respetiva notificação.
2. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar a mesma é notificada ao adjudicatário, a qual se considera aceite por este quando haja aceitação expressa ou quando dela não reclame nos 5 dias subsequentes à respetiva notificação.
3. As reclamações à minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos nos termos do artigo 99º, nº 2 do CCP.

Cláusula 28ª

Contrato

1. A Outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a. Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação, exceto quando tenha sido apresentada uma única proposta; o procedimento tenha sido realizado ao abrigo de um acordo-quadro, não tenha sido publicado no JOUE, conforme previsto no n.º 4 do artigo 95.º do CCP.
 - b. Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c. Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida.
2. O órgão competente para a decisão de contratar remete ao adjudicatário, para assinatura o contrato, devendo a assinatura ocorrer por meio de aposição de assinatura eletrónica.
3. O prazo para a outorga e remessa (devolução) do contrato por parte do 2.º outorgante é de 5 dias.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 29ª

Encargos do Adjudicatário

Ficam a cargo do adjudicatário as despesas de formalização da cedência, bem como impostos, licenças e outros encargos devidos ao Estado e ao Município.

Cláusula 30ª

Litígios

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, nos termos do disposto no DL n.º 174/2019, de 13 de dezembro, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 31ª

Reserva

Caso não seja apresentada nenhuma proposta, ou não seja adjudicada a cedência da exploração, a Câmara reserva-se no direito de proceder, dentro do prazo de 60 dias, ao ajuste direto dos espaços, por valor não inferior ao valor base da adjudicação.

Cláusula 32ª

Omissões

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente procedimento aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, e demais legislação nacional e comunitária em vigor.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o concessionário será obrigado a respeitar as normas contidas nos regulamentos em vigor, na legislação laboral al, todas as disposições relativas a seguros sociais, acidentes, segurança e higiene no trabalho.

ANEXO I – Instruções para preenchimento do DEUCP

1. Nota Prévia

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) disponível em ESPD (<https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>) devendo ser selecionadas as seguintes opções de preenchimento:

- a. “Sou um operador económico”;
- b. “Importar um DEUCP”;
- c. “Carregar documento” – selecionar o ficheiro “espd-request.xml”, disponibilizado pela entidade adjudicante junto das peças procedimentais;
- d. Selecionar o país do concorrente;
- e. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
- f. Guardar o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado pelo concorrente ou pelo representante que tenha poderes para o obrigar e enviado junto com os restantes documentos da proposta.

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes)

1. ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ⁽⁵⁾ ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽⁶⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽⁷⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁸⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura ⁽⁹⁾]

⁽⁵⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽⁶⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁷⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁸⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁹⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III - ANEXO MODELO DA PROPOSTA

_____ (indicar nome ou denominação social, profissão ou objeto social, morada ou sede), pessoa coletiva nº, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de, depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento por concurso público internacional nº/..... para a "**CONCESSÃO**", a que se refere o anúncio de procedimento nº datado de/...../....., obriga-se a celebrar e executar o contrato em conformidade com o respetivo caderno de encargos, mediante o pagamento, durante o prazo da concessão, dos seguintes montantes:

_____ preço por kWh de autoconsumo

O qual acresce o imposto sobre o valor acrescentado de _____%

Mais declara que renúncia a qualquer foro especial, e se submete, em tudo o que respeitar à execução do respetivo contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor e aceita como competente para dirimir qualquer conflito relacionado com a execução de tal contrato o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data...

Assinatura...

ANEXO IV

Demonstração de Adequação Funcional de Equipamentos e Plataformas

1. Demonstração de Adequação Funcional de Equipamentos e Plataformas o concorrente deverá demonstrar as seguintes funcionalidades. O não cumprimento das funcionalidades requeridas implica a exclusão do concorrente

#	Requisito a verificar	Demonstrado (Sim/Não)
Plataforma de Gestão de ACC/CER		
1	Acesso: plataforma de acesso via web, através de conta e password.	
2	Acesso: pelo menos os dois seguintes níveis de acesso: 1) Administrador: gestor, com permissões para configuração. 2) Utilizador: acesso a visualização dos dados, sem permissões de configuração.	
3	Configuração / gestão: - Possibilidade de criar membros na CER.	
4	Informação/dados da CER: visualizar os dados totais da CER: - Potência instalada (quando aplicável) - Produção - Consumo de energia solar (autoconsumo e da comunidade) - Consumo de energia da rede - Excedente injetado na rede e/ou comunidade	
5	Informação/dados individuais de cada membro/edifício: visualizar os dados de cada edifício/membro da CER: - Potência instalada (quando aplicável) - Produção - Consumo de energia solar (autoconsumo e da comunidade) - Consumo de energia da rede - Excedente injetado na rede e/ou comunidade	
6	Visualização gráfica de dados: visualizar graficamente os dados referidos no ponto 5 e 6.	

7	Período de visualização de dados: visualizar os dados referidos no ponto 5 e 6, um dia após a partilha dos mesmos pela e-redes.	
8	Período de visualização de dados: visualizar dados diários, mensais e anuais.	
9	Exportação de dados: exportar dados, por exemplo, para ficheiro excel, para posterior análise.	
10	Funcionalidades: visualizar um mapa com a localização dos diversos locais/membros da CER.	
11	Funcionalidades: visualizar dados em kWh e em euros (custos e benefícios).	
12	Acesso / Visualização: acesso para os diversos tipos de membros/perfis: gestor, membro industrial e residencial.	
13	Alarmística: alerta de não funcionamento ou funcionamento deficiente de qualquer das UPAC existentes	

ANEXO V
MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/ SEGURO CAUÇÃO

Garantia bancária/seguro de caução (*eliminar o que não interessar*) n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (*adjudicatário*), vem o(a) _____ (*instituição garante*), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (*entidade adjudicante beneficiária*), uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de _____ (*por algarismos e por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 6 e 8 / 7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 2% do preço contratual anual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, e com ela o banco garante assumir o compromisso irrevogável de pagar, logo à primeira solicitação e sem direito de protesto ou reclamação ou qualquer reserva, toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia entra em vigor na data da sua emissão e permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Município de Braga, através do seu Presidente, não podendo ser anulada ou alterada sem o seu consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)*]

Data, assinatura e selo branco do Banco ou assinatura eletrónica qualificada

ANEXO VI
MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO

Para os devidos efeitos, _____ (*sede, filial, agência ou delegação da entidade bancária*), declara que _____ (*nome do adjudicatário*), com sede em _____ (*morada*), nos termos e para os efeitos previstos dos n.ºs 3 e 4 do 90.º do Código dos Contratos Públicos, depositou neste Banco a quantia de _____ €, como caução exigida para _____ (*identificação do procedimento*).

Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (*entidade adjudicante*).

A presente caução permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua liberação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento.

Data

Assinatura

CADERNO DE ENCARGOS

**CONCURSO PÚBLICO PARA A CEDÊNCIA TEMPORÁRIA DE ESPAÇOS MUNICIPAIS
PARA A INSTALAÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO,
AUTOCONSUMO COLETIVO/COMUNIDADE DE ENERGIA RENOVÁVEL**

Índice

CADERNO DE ENCARGOS	4
Cláusula 1ª	4
Objeto	4
Cláusula 2ª	5
Disposições por que se rege a cedência	5
Cláusula 3ª	7
Vigência do Contrato	7
Cláusula 4ª	7
Remuneração do Concedente	7
Cláusula 5ª	8
Transmissão do direito de exploração	8
Cláusula 6ª	8
Direito de fiscalização	8
Cláusula 7ª	9
Direitos do Cessionário	9
Cláusula 8ª	9
Obrigações do Cessionário	9
Cláusula 9ª	13
Força maior	13
Cláusula 10ª	14
Encargos e Benfeitorias	14
Cláusula 11ª	15
Resolução do contrato	15
Cláusula 12ª	15
Seguros e encargos sociais	15
Cláusula 13ª	16
Patentes, licenças e marcas registadas	16
Cláusula 14ª	16
Pessoal	16
Cláusula 15ª	17
Equipamentos	17
Cláusula 16ª	17
Garantia técnica	17
Cláusula 17ª	18
Suspensão da exploração	18

Cláusula 18ª.....	19
Deveres de informação	19
Cláusula 19ª.....	19
Cessação do Contrato	19
Cláusula 20ª.....	20
Devolução/Entrega das instalações	20
Cláusula 21ª.....	20
Relação de Equipamentos.....	20
Cláusula 22ª.....	21
Propriedade das UPAC.....	21
Cláusula 23ª.....	21
Sanções contratuais.....	21
Cláusula 24ª.....	21
Sequestro	21
Cláusula 25ª.....	22
Resgate	22
Cláusula 26ª.....	23
Resolução pelo concedente	23
Cláusula 26ª.....	24
Omissões	24
Cláusula 27ª.....	24
Foro Competente	24

CADERNO DE ENCARGOS

CLÁUSULAS JURÍDICAS E OUTRAS CONDIÇÕES A INCLUIR NO CONTRATO A CELEBRAR

Cláusula 1ª

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do Procedimento Concursal que tem por objeto principal a cedência temporária das instalações (coberturas dos edifícios, outros equipamento e solos) dos Espaços Municipais.
2. A atividade compreende o uso e a fruição, pelo prazo da cedência temporária, das instalações (coberturas dos edifícios, outros equipamento e solos) dos Espaços Municipais objeto do contrato, com a instalação, manutenção e gestão das UPAC e ACC/CER.
3. Os espaços a ceder encontram-se descritos nos pontos anteriores encontram-se identificados em planta anexa (Anexo I) sendo, a título referencial,
 - Mercado Municipal
 - Escola Secundária Sá de Miranda
 - Convento do Pópulo
 - Escola Secundária Alberto Sampaio
 - Escola Secundária Carlos Amarante
 - Escola Secundária D. Maria II
 - EB 2,3 André Soares
 - EB 2,3 Francisco Sanches
 - EB 2,3 de Lamações
 - Pavilhão/Piscina de Maximinos
 - EB 2,3 de Celeirós
 - EB 2,3 de Real
 - Oficinas Municipais de Dume
 - Escola Secundária de Maximinos
 - EB 2,3 de Cabreiros
 - EB 2,3 de Nogueira

- EB 2,3 Mosteiro e Cávado
 - EB 2,3 Gualtar
 - Complexo Desportivo Rodovia
 - Quartel Bombeiros Sapadores
 - EB1 e JI Fraião
 - Centro Escolar S. Frutuoso
 - Centro Escolar da Naia
 - EB Trandeiras
 - EB Lomar
 - JI S. Lázaro
 - Piscina das Parretas
 - EB1 das Parretas
 - EB 2/3 Frei Caetano Brandão
 - EB 2,3 Tadam
 - EB 2,3 Palmeira
 - JI Quinta das Fontes
4. Para o efeito do presente caderno de encargos, são adotadas as definições constantes do Anexo II do presente CE e, supletivamente, daquelas descritas do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro e nas alterações introduzidas.
 5. A cedência compreende a prestação de um serviço de qualidade. Sendo a responsabilidade do adjudicante, toda e qualquer dano causado no processo de instalação e operação das UPAC.
 6. A energia a produzir pela instalação da UPAC em cada edifício ou outro equipamento destina-se prioritariamente ao autoconsumo do edifício ou equipamento em causa e só o excedente da produção será objeto de partilha através do ACC/CER.
 7. A potência mínima das UPAC a instalar terá de ser no mínimo de 1500kW de ligação no total dos edifícios.

Cláusula 2ª

Disposições por que se rege a cedência

1. A execução do Contrato obedece:
 - a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos

- que dele fazem parte integrante;
- b) Ao Código dos Contratos Públicos aprovados pelo, Decreto-Lei n.º 18/2018, de 29 de janeiro, na sua atual redação (Código dos Contratos Públicos, doravante "CCP");
 - c) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
 - d) Às regras da arte e do Código Regulamentar do Município de Braga.
2. O contrato, reduzido a escrito, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, designadamente o Código de Exploração, e o presente Caderno de Encargos, conforme estipulado no art.º 94.º do Código dos Contratos Públicos.
 3. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo Órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e respetivos Anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo concessionário.
 4. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
 5. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo concessionário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
 6. A entidade adjudicante designará um Gestor do Contrato, para promover o devido acompanhamento permanente da execução do contrato, nos termos do previsto no artigo 290.º-A em conjugação com o disposto no artigo 96.º, n.º 1, alínea i), ambos do CCP.
 7. Além dos documentos indicados no n.º 3, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as

especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

8. São nulos os contratos a que falte algum dos elementos essenciais referidos nas alíneas a) a i) do n.º 1 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos, salvo se os mesmos constarem dos documentos identificados no n.º 2 do mesmo artigo.

Cláusula 3ª

Vigência do Contrato

1. A cedência de exploração vigora pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir da data da última assinatura aposta no mesmo, sendo condição de eficácia e data de início da execução contratual sendo condição de eficácia, mas a sua execução só se inicia após o **Visto do Tribunal de Contas**.

Cláusula 4ª

Remuneração do Concedente

1. O preço a pagar mensalmente ao cocontratante pela execução do contrato corresponde ao valor da quantidade de energia elétrica produzida pela UPAC, expressa em KWh, e consumida nas instalações municipais no mês anterior.
2. O preço a pagar em cada mês traduz-se na seguinte fórmula:

QTDE x PkWh em que:

QTDE: Quantidade de energia elétrica produzida pela UPAC e consumida nas instalações municipais nesse mês;

3. PkWh: Preço unitário de produção do kWh, que não pode ser superior a 0,08 €/kWh (valor sem IVA);
4. As Faturas relativas à energia autoconsumida só podem ser emitidas quando a instalação tiver o certificado de exploração e quando o distribuidor efetuar a ligação dos contadores de energia e o software de monitorização estiver a funcionar.
5. A energia que seja produzida na UPAC e que não seja consumida nas instalações Municipais, é injetada na Rede. Enquanto não existir a formalização do ACC/CER qualquer valor que seja pago, descontado dos encargos associados, ao Município de

Braga por esta injeção de energia é partilhado com o Cessionário/Adjudicatário em partes iguais.

6. No final do presente contrato ou no caso de cessação de contrato por incumprimento do adjudicatário, não haverá qualquer tipo de custos e/ou encargos para o Município

Cláusula 5ª

Transmissão do direito de exploração

1. O Cessionário não pode ceder (incluindo cônjuge, filhos e restantes familiares, bem como a empresas de agrupamento ou tituladas pelos mesmos sócios), por qualquer forma, os direitos e o objeto decorrentes da presente cedência, sendo nulos e de nenhum efeito os atos e contratos celebrados pelo Cessionário em infração ao disposto neste artigo.
2. Da mesma forma, não são permitidas a utilização e fruição por outrem, ainda que accidental ou temporária.

Cláusula 6ª

Direito de fiscalização

1. Sem prejuízo do disposto nos artigos 302.º e seguintes do CCP, o Município de Braga reserva-se o direito de fiscalizar o modo de execução do contrato, nomeadamente no que diz respeito:
 - a) Ao cumprimento das obrigações importas pelo Contrato e pelo presente Caderno de Encargos;
 - b) Ao cumprimento das disposições legais aplicáveis ao funcionamento dos equipamentos;
 - c) À qualidade do serviço prestado nos Espaços Municipais objeto do Contrato;
2. No exercício do seu poder de fiscalização, o Município pode notificar o adjudicatário para corrigir as deficiências detetadas no que diz respeito à conservação e segurança das instalações e à qualidade dos serviços prestados.
3. A exploração e o Cessionário ficam também sujeitos à fiscalização que, em virtude de legislação especial, incumba a outras entidades.
4. A responsabilidade de todos os trabalhos/serviços incluídos na instalação, manutenção e gestão, seja qual for o agente executor, será sempre do Cessionário,

não reconhecendo o Município, senão para os efeitos indicados expressamente na lei, a existência de quaisquer subcontratados e/ou tarefeiros que trabalhem por conta ou em combinação com o Cessionário.

Cláusula 7ª **Direitos do Cessionário**

1. O Cessionário tem direito a:
 - a) Explorar, em regime de exclusividade, a produção de energia pelos painéis fotovoltaicos no âmbito do contrato celebrado na sequência do Procedimento e nos termos nele previstos;
 - b) Utilizar, nos termos legais e contratuais, os bens do Município necessários à boa execução do Contrato;
 - c) Caso exista excedente na produção de energia, proceder ao armazenamento ou venda a terceiros, partilhando os benefícios nos termos acordados no Contrato devendo para isso promover a criação, nos termos da Lei, de um Autoconsumo Coletivo/de uma Comunidade de Energia Renovável.

Cláusula 8ª **Obrigações do Cessionário**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

1. Obrigação do fornecimento e da execução do serviço com todos os elementos referidos no Caderno de Encargos, dentro do prazo indicado na proposta;
2. Execução da instalação de modo a dar cumprimento a todas as disposições legais e regulamentos aplicáveis e cumprindo todas as instruções que eventualmente lhe sejam dadas pela entidade adjudicante no âmbito da fiscalização efetuada;
3. Analisar as condições de instalação da UPAC e esclarecer com a entidade adjudicante todas as dúvidas
4. Fornecer as comunicações entre todos os dispositivos (Modems), que deverão estar preparados para utilizar a rede 5G e utilizar o protocolo NB-IoT.
5. Sem prejuízo do número anterior, o Cessionário, na execução do Contrato, está

sujeito ao poder de direção e fiscalização da Entidade Adjudicante – o Município, e não pode adotar quaisquer medidas suscetíveis de afetar a autonomia da mesma no exercício da sua atividade e na prossecução das suas atribuições e competências.

6. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrem para o Cessionário as seguintes obrigações principais:

- a) Financiar e custear todos os meios e medidas de produção de energia por recurso a UPAC, a implementar nos termos contratuais;
- b) Obter todas as licenças, certificações, credenciações e autorizações necessárias às atividades integradas na Cedência ou, por alguma via ou modo, com ela relacionadas;
- c) Informar a Entidade Adjudicante, de imediato, sobre a caducidade, revogação ou verificação de causa de invalidade das referidas licenças, certificações, credenciações e autorizações, com indicação das diligências iniciadas ou a iniciar para a devida regularização;
- d) Informar mensalmente a Entidade Adjudicante da produção de energia por recurso a UPAC;
- e) Informar a Entidade Adjudicante, no prazo máximo de 72 horas a contar do conhecimento pela Cessionária, da ocorrência de qualquer circunstância que possa afetar ou condicionar a normal execução do Contrato;
- f) Fornecer à Entidade Adjudicante, ou a quem esta designar, qualquer informação ou elaborar relatório específico sobre aspetos relacionados com a execução do contrato, desde que solicitados por escrito e no prazo por ela determinado;
- g) Manter os Espaços Municipais e os equipamentos neles instalados em perfeitas condições de limpeza, higiene e segurança;
- h) Não depositar sobranes no espaço público;
- i) Proceder à reparação ou substituição de todos os equipamentos que não reúnam as condições de higiene e segurança necessárias;
- j) Proceder à imediata aplicação de todas as medidas e sugestões formuladas pelas autoridades de fiscalização;
- k) Garantir a qualificação do pessoal que preste serviço nos Espaços

Municipais objeto do Contrato;

- l) Colaborar com o Município no exercício da atividade fiscalizadora prevista na Cláusula 6ª deste Caderno de Encargos, disponibilizando toda a informação que lhe for solicitada;
 - m) Quando solicitado, por direito, devolver o objeto da cedência em perfeito estado de conservação, sem prejuízo do desgaste devido à ação do tempo e da utilização.
 - n) O Cessionário obriga-se a assegurar o nível de serviços, constantes da sua proposta.
7. São da responsabilidade do Cessionário todas as despesas com taxas, licenças, impostos, outros encargos que forem devidos pela exploração, bem como quaisquer obras de beneficiação ou reparação, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.
 8. São, ainda, da responsabilidade do Cessionário as despesas do consumo de água, de eletricidade, de gás e de telecomunicações, as quais não se encontram incluídas no valor da proposta a apresentar.
 9. Para efeitos do número anterior, o Cessionário tem 15 (quinze) dias, após celebração do contrato, para registo em seu nome das despesas descritas no número anterior.
 10. Entregar os espaços cedidos, livre de ónus ou encargos, 1 (um) ano após notificação, da cessação/não renovação do contrato, sob pena de indemnização por parte do Cessionário, no valor da caução.
 11. O Cessionário é responsável por quaisquer danos causados a terceiros, pessoas ou bens, decorrentes da exploração, bem como danos causados pelo pessoal ao seu serviço, e ainda danos que os fornecedores provoquem nas instalações cedidas.
 12. O Cessionário é responsável pelo cumprimento de todas as obrigações relativas aos espaços municipais e ao seu pessoal, bem como, pela reparação de prejuízos por eles causados nas instalações, equipamentos e terceiros.
 13. O Cessionário, após a instalação e implementação dos painéis fotovoltaicos para autoconsumo dos Espaços Municipais, compromete-se a, com a Entidade Adjudicante, a dinamizar a criação e constituição de ACC/CER, no pressuposto de que outros consumidores, ao abrigo do legalmente previsto, tenham e manifestem interesse na adesão à ACC/CER.

14. O Cessionário deve assegurar a exploração contínua das UPAC e ACC/CER (após constituição) no decorrer do prazo estipulado para a cedência, salvo caso de força maior, e desde que aceite pelo Município.
15. No termo da vigência do contrato, deve o Cessionário apresentar o inventário de todo o material e equipamento existente, de onde conste a indicação das respetivas substituições, caso tenham ocorrido e razões que as determinaram.
16. O Cessionário é ainda responsável por:
 - a) Certificar, por consulta do registo criminal, que as pessoas empregues nos trabalhos não estão inibidas de contactos com menores;
 - b) Assegurar as correções dos eventuais defeitos da UPAC, durante o período de garantia previsto do artigo 397º do CCP;
 - c) Durante o período de garantia da UPAC, assegurar a manutenção corretiva da instalação, dos equipamentos, componentes e acessórios;
 - d) Subscrever e manter em vigor as apólices de seguro necessárias, nomeadamente de responsabilidade civil, que cubram eventuais danos causados pela instalação;
 - e) Reparar os danos que a instalação da UPAC provoque nos bens propriedade do Município de Braga ou a terceiros;
 - f) Garantir a preservação e manutenção das atividades dos edifícios em condições de segurança e normalidade;
 - g) Elaborar e publicitar o Plano de Segurança, para garantir as condições de circulação e segurança de pessoas e bens, no acesso às instalações em qualquer período, obrigando-se ainda a dar conhecimento do plano ao Município de Braga antes da sua aprovação, tendo em vista a inclusão de especificações e medidas cautelares ou de proteção por esta sugeridas;
 - h) Elaboração de projeto elétrico de alteração às instalações elétricas devido à instalação da UPAC, caso seja necessário, bem como realização das alterações necessárias às instalações elétricas;
 - i) Fornecimento ou instalação de equipamentos para compensar eventuais aumentos do consumo de energia reativa após a instalação da UPAC;

- j) Estudo de avaliação da capacidade estrutural das coberturas;
- k) Reforço ou alteração das estruturas dos edifícios;
- l) Controlo de vegetação no período de exploração da central fotovoltaica;
- m) Guarda dos equipamentos, nomeadamente dos módulos fotovoltaicos, inversores e estruturas de suporte durante a execução da instalação e a vigência do contrato;
- n) Prever a necessidade de desmontagem/montagem dos painéis fotovoltaicos, por solicitação do Município de Braga, caso seja necessário realizar obras de manutenção ou remodelação dos edifícios ou dos seus sistemas técnicos.

Cláusula 9ª **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 10ª

Encargos e Benfeitorias

1. O Cessionário não poderá realizar quaisquer obras de adaptação, beneficiação, ampliação ou transformação, sem consentimento expresso da Câmara Municipal de Braga.
2. O incumprimento do número anterior constitui causa de rescisão unilateral do contrato, revertendo as benfeitorias para o imóvel, sem qualquer contrapartida para o Cessionário.
3. São ainda da responsabilidade do Cessionário todas as despesas com:
 - a) Taxas de licenças ou autorizações administrativas inerentes ao funcionamento das UPAC e ACC/CER;
 - b) Contratação de água, energia elétrica, telecomunicações e outras;
 - c) Multas, coimas ou outras penalidades decorrentes de infrações cometidas no âmbito ou por causa da instalação, manutenção e funcionamento dos Espaços objeto da cedência e por causa dela.

Cláusula 11ª
Resolução do contrato

1. Constituem causas legítimas de resolução do contrato:
 - a) A desobediência reiterada às instruções e recomendações emanadas do Município relativamente à conservação e segurança das instalações e à qualidade dos serviços prestados;
 - b) O abandono ou a não exploração dos espaços por um período superior a 2 (dois) meses.
2. Sem prejuízos das causas gerais de direito, a resolução do contrato nos termos previstos no número anterior não confere ao Cessionário o direito a qualquer indemnização, ficando este responsável pelos prejuízos que tenha causado, podendo o Município recorrer ao direito de retenção dos equipamentos e bens instalados pelo Cessionário para ressarcimento dos prejuízos e/ou reparação ou substituição do património do Município afetado.

Cláusula 12ª
Seguros e encargos sociais

1. O Cessionário é obrigado a contratar um seguro de responsabilidade civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação.
2. Para além dos seguros obrigatórios nos termos da legislação em vigor, o Cessionário deverá celebrar e manter em vigor, sem qualquer encargo para o Município de Braga, os seguintes seguros, válidos até ao fim da cedência:
 - a. O seguro de acidentes de trabalho, conforme legislação em vigor, cobrindo todo o pessoal ao seu serviço na execução da cedência;
 - b. O seguro de responsabilidade civil de exploração, cujas garantias devem abranger danos patrimoniais causados a terceiros por atos ou omissões decorrentes da atividade inerente à exploração, incluindo os resultantes de operação de quaisquer máquinas e/ou equipamentos, e outros danos causados pelo pessoal ou pelas pessoas sob a sua direção;
 - c. O seguro de acidentes pessoais;
 - d. O seguro contra riscos de incêndio.
 - e. Todos os seguros associados à tipologia das UPAC a instalar e operar.

3. Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do Cessionário.
4. O Cessionário, após celebração do contrato, dispõe de 120 dias para apresentar, na Câmara Municipal, prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos nos números anteriores, exceto os associados à instalação e operação das UPAC que devem ser apresentados antes da entrada em funcionamento das mesmas.
5. A violação do disposto no presente artigo pelo Cessionário origina a violação das obrigações a que estava afeto, e consequentemente a resolução com justa causa do contrato.

Cláusula 13ª
Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do Cessionário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a Câmara Municipal de Braga venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Cessionário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, hajam de fazer e de todas as quantias que tenham de pagar seja por que título for.

Cláusula 14ª
Pessoal

1. São da exclusiva responsabilidade do Cessionário todas as obrigações relativas ao pessoal afeto à cedência, à sua aptidão profissional e à sua disciplina, bem como ao cumprimento da legislação laboral.
2. O Cessionário compromete-se:
 - a. A respeitar e fazer respeitar todas as normas vigentes em matéria de entrada, permanência e trabalho, permanente ou eventual e ainda que não remunerado, de trabalhadores estrangeiros em território nacional;
 - b. Por todos os encargos sociais e descontos estabelecidos na legislação em vigor, relativa ao pessoal que tiver ao seu serviço;
 - c. Ter patente, nas instalações, o horário de trabalho em vigor;
 - d. Ter sempre nas instalações da exploração, à disposição dos interessados, o texto

dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis;

- e. Pagar ao pessoal, empregado na exploração, salários não inferiores à tabela de salários mínimos em vigor;
 - f. Manter a boa ordem no local da exploração e a retirar deste, sempre que lhe seja ordenado, o pessoal que o Município de Braga entender:
 - a) não possuir capacidade profissional e/ou cuja permanência no local julgue inconveniente para a disciplina e bom cumprimento das suas obrigações;
 - b) não cumprir as disposições legais em vigor, referentes à segurança e aos serviços médicos no trabalho.
3. O Cessionário é obrigado a cumprir e fazer cumprir a legislação relativa à segurança, higiene e saúde no trabalho, incluindo trabalhadores independentes.

Cláusula 15ª **Equipamentos**

- 1. O equipamento afeto à cedência deve satisfazer, quer quanto às suas características, quer quanto ao seu funcionamento, o estabelecido nas leis e regulamentos de segurança em vigor.
- 2. No ato de entrega dos Espaços Municipais, será feito um inventário de todo o património existente, ficando o Cessionário responsável pela sua conservação e substituição, como referido e como seu fiel depositário.
- 3. O Cessionário deverá contactar o Município de Braga quando a avaria do equipamento (recebido no Ato de entrega) é abrangida pela garantia.
- 4. Quaisquer alterações de funcionamento do equipamento devem ser previamente comunicadas e sujeitas a aprovação do Município.

Cláusula 16ª **Garantia técnica**

- 1. Para efeitos da lei que disciplina os aspetos relativos a venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, de acordo com o previsto nas especificações técnicas e nos prazos mínimos aí indicados.
- 2. Os prazos de garantia referidos no ponto anterior são contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e

requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

3. A garantia prevista no número 1 abrange:
 - a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega.
4. Todas estas substituições deverão ser feitas pelo adjudicatário, tao rapidamente quanto possível, sem que tal implique qualquer despesa ou encargo para o contraente publico.
5. Durante o período de garantia, todo e qualquer equipamento, componente ou peça que seja substituído em consequência dessa garantia, terá a partir da data da respetiva substituição, um período de garantia igual ao do equipamento, componente ou peça que substituiu.
6. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que o contraente publico tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.
7. A reparação ou substituição previstas na presente clausula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo contraente publico e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 17ª

Suspensão da exploração

1. O Cessionário apenas poderá suspender a exploração quando tal resulte de:

- a) ordem ou autorização escrita do Município Braga ou dos seus agentes ou de facto que não lhes seja imputável;
 - b) caso de força maior.
2. No caso de suspensão nos termos da cláusula anterior, o Cessionário deverá comunicar ao Município com a devida antecedência e mediante notificação judicial ou carta registada, indicando expressamente a alínea invocada.
- a) O Município poderá suspender temporariamente a exploração, no todo ou em parte, sempre que circunstâncias especiais a impeçam em condições satisfatórias.
 - b) O Município poderá ordenar, sob sua responsabilidade, a imediata suspensão da exploração, sempre que houver perigo iminente ou prejuízos graves para o interesse público, mediante carta registada com aviso de receção, podendo o Cessionário reclamar por escrito no prazo de oito dias.
 - c) A exploração será reiniciada logo que cessem as causas que determinaram a sua suspensão temporária, devendo o adjudicatário ser notificado por carta registada com aviso de receção.

Cláusula 18ª

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar, de imediato, a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com as regras gerais da boa fé.
2. Em especial, cada uma das partes avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 10 (dez) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 19ª

Cessação do Contrato

1. Qualquer das partes pode opor-se à renovação do contrato, desde que a comunique por escrito à outra parte, mediante carta registada com aviso de receção, com a

antecedência mínima de 1 (um) ano em relação ao termo do período inicial ou de cada uma das suas renovações.

2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos no presente Caderno de Encargos e na lei, constitui justa causa para a resolução unilateral do contrato de cedência de exploração pela Câmara Municipal de Braga a verificação de, nomeadamente, uma das seguintes situações:

- a) A utilização abusiva ou acentuada deterioração das instalações e dos equipamentos;
- b) A prática de ações ou omissões que prejudiquem a qualidade e o normal funcionamento do local cedido;
- c) A utilização do local cedido para fins diversos do estatuído no presente Caderno de Encargos e do Programa de Procedimento;
- d) A condenação em processo-crime por ofensa à saúde pública decorrente de ilícito praticado nas instalações cedidas;
- e) O incumprimento reiterado de qualquer uma das obrigações constantes do presente Caderno de Encargos;
- f) O incumprimento de qualquer cláusula contratual considerada essencial (sendo essenciais todas as cláusulas estabelecidas no presente Caderno de Encargos);
- g) Não manutenção dos espaços cedidos nas perfeitas condições de utilização.

Cláusula 20ª

Devolução/Entrega das instalações

Findo o prazo pelo qual foi adjudicada a utilização dos espaços, ou antes, em caso de resolução do contrato, o Cessionário obriga-se a devolver as respetivas instalações, no estado em que as recebeu, ou seja, em perfeito estado de conservação, ressalvadas as deteriorações inerentes a uma prudente utilização em conformidade como fim do contrato.

Cláusula 21ª

Relação de Equipamentos

A relação dos equipamentos a existir e a situação dos espaços municipais (coberturas de edifícios, outros equipamentos e solos) será objeto de auto de entrega entre as partes, no momento da assinatura do contrato.

Cláusula 22ª
Propriedade das UPAC

No final do prazo de 10 (dez) anos, a contar da data de outorga do contrato, todos os equipamentos e instalações realizadas pelo Cessionário reverterem para o Município de Braga, exceto no caso da prorrogação do contrato.

Cláusula 23ª
Sanções contratuais

1. Sem prejuízo da possibilidade de sequestro ou de resolução do contrato, o concedente pode, com observância do procedimento previsto nos n.º 1 e 2 do artigo 325.º e no artigo 32.º do CCP, aplicar multas me caso de incumprimento pelo cessionário das suas obrigações, incluindo as resultantes de determinações do concedente, emitidas nos termos da lei ou do contrato.
2. O montante das multas, varia em função da gravidade da falta e do grau de culpa.
3. A aplicação das multas contratuais é precedida de audiência escrita ao concessionário, para se pronuncia no prazo de 10 dias a contar da notificação.

Cláusula 24ª
Sequestro

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 421.º do CCP, em caso de incumprimento grave pelo Concessionário das suas obrigações, ou estando o mesmo iminente, o Concedente pode, mediante sequestro, tomar a seu cargo o desenvolvimento das atividades concedidas.
2. O sequestro pode ter lugar, nomeadamente, caso se verifique qualquer das seguintes situações:
 - a) Quando ocorra ou esteja iminente a cessação ou suspensão, total ou parcial, das atividades concedidas;
 - b) Quando se verifiquem perturbações ou deficiências graves na organização e regular desenvolvimento das atividades concedidas ou no estado geral das instalações e equipamentos que comprometam a continuidade ou a regularidade daquelas atividades ou a integridade e segurança de pessoas e bens.
3. Verificada a ocorrência de uma situação que pode determinar o sequestro da concessão, o Concedente notifica o Concessionário para, no prazo que lhe for razoavelmente fixado,

cumprir integralmente as suas obrigações e corrigir ou reparar as consequências dos seus atos, exceto tratando-se de uma violação não sanável.

4. Nos casos em que esteja previsto, em acordo entre o Concedente e as entidades financiadoras, o direito destas de intervirem na concessão nas situações de iminência de sequestro, este apenas pode ter lugar depois de o Concedente notificar a sua intenção às entidades financiadoras.
5. Em caso de sequestro, o Concessionário suporta os encargos de desenvolvimento das atividades concedidas, bem como quaisquer despesas extraordinárias necessárias ao restabelecimento da normalidade da execução ou exploração do serviço público.
6. O sequestro mantém-se pelo tempo julgado necessário pelo Concedente, com o limite máximo de um ano, sendo o Concessionário notificado pelo Concedente para retomar o desenvolvimento das atividades concedidas, na data que lhe for fixada.
7. Se o Concessionário não puder ou se se opuser a retomar o desenvolvimento das atividades concedidas ou se, tendo-o feito, continuarem a verificar-se os fatos que deram origem ao sequestro, o Concedente pode resolver o contrato.

Cláusula 25ª

Resgate

1. O Concedente pode resgatar a concessão, por razões de interesse público devidamente justificadas, decorridos três anos sobre a assinatura do contrato.
2. O resgate é notificado ao Concessionário com, pelo menos, seis meses de antecedência, o qual garante, durante o período de aviso prévio, a continuidade da prestação dos serviços abrangidos pela Concessão.
3. Em caso de resgate, o Concedente assume automaticamente os direitos e obrigações do Concessionário diretamente relacionados com as atividades concedidas desde que constituídos em data anterior à da notificação referida no número anterior.
4. As obrigações assumidas pelo Concessionário após a notificação acima referida, apenas vinculam o Concedente quando este tenha autorizado, prévia e expressamente, a sua assunção.
5. Em caso de resgate, o Concessionário tem direito a uma indemnização, correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, deduzir-se o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.

6. A indenização referida no número anterior é determinada nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 566.º do Código Civil.
7. O resgate determina a reversão de todos os bens afetos à concessão, bem como a obrigação de o Concessionário entregar àquele todos os bens abrangidos, nos termos do contrato de concessão, por cláusula de transferência.

Cláusula 26ª
Resolução pelo concedente

1. Verificando-se comprovada impossibilidade de cumprimento do contrato pelo Concessionário, o Concedente fixa, em função das concretas circunstâncias, um prazo razoável para o cumprimento.
2. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato de concessão e do direito de indemnização nos termos gerais, o Concedente pode resolver o contrato quando se verifique:
 - a) Desvio do objeto da concessão;
 - b) Ocorrência de deficiência grave na organização e desenvolvimento pelo Concessionário das atividades concedidas, em termos que possam comprometer a sua continuidade ou regularidade nas condições exigidas pela lei e pelo contrato;
 - c) Cessação ou suspensão, total ou parcial, pelo Concessionário da execução do contrato;
 - d) Recusa ou impossibilidade do Concessionário em retomar a concessão na sequência de sequestro;
 - e) Repetição, após a retoma da concessão, das situações que motivaram o sequestro;
 - f) Obstrução ao sequestro;
 - g) Sequestro da concessão pelo prazo máximo permitido pela lei ou pelo contrato;
 - h) Falta de pagamento da remuneração anual, por período superior a seis meses.
3. Nos casos em que esteja previsto, em acordo entre o Concedente e as entidades financiadoras, o direito destas de intervir na concessão nas situações de iminência de resolução da concessão pelo Concedente, esta apenas pode ter lugar depois de o Concedente notificar a sua intenção às entidades financiadoras.
4. Sem prejuízo da observância do procedimento previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 325.º do CCP, a notificação ao Concessionário da decisão de resolução produz efeitos imediatos, independentemente de qualquer outra formalidade.

5. A resolução do contrato determina, além dos efeitos previstos no contrato, a reversão de todos os bens afetos à concessão, bem como a obrigação de o Concessionário entregar àquele todos os bens abrangidos.

Cláusula 26ª

Omissões

Os casos omissos no presente Caderno de Encargos serão resolvidos por acordo entre o cedente e o Cessionário, no devido respeito pelas normas legais e regulamentares aplicáveis.

Cláusula 27ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, nos termos do disposto no DL n.º 174/2019, de 13 de dezembro, com expressa renúncia a qualquer outro.

ANEXO I

Lista das localizações:

ANEXO II

DEFINIÇÕES

«**Agregação**», uma função desempenhada por uma pessoa singular ou coletiva, que pode ser ou não um comercializador, que combina a eletricidade produzida, consumida ou armazenada de múltiplos clientes para compra ou venda em mercados de energia ou de serviços de sistema;

«**Autoconsumidor**» ou «**Membro produtor**» um consumidor final que produz energia renovável para consumo próprio, nas suas instalações situadas no território nacional, e que pode armazenar ou vender eletricidade com origem renovável de produção própria, desde que, para os autoconsumidores de energia renovável não domésticos, essas atividades não constituam a sua principal atividade comercial ou profissional, podendo exercer esta atividade em autoconsumo individual ou ACI ou em autoconsumo coletivo ou ACC quando, respetivamente o autoconsumo é para consumo numa instalação elétrica de utilização (IU), ou em duas ou mais IU, estando, em ambos os casos, a ou as UPAC instaladas nessa(s) IU ou na sua proximidade e com ligações entre si através da RESP, e/ou de uma rede interna e/ou por linha direta, sem prejuízo de o direito de propriedade sobre a UPAC ser titulado por terceiro(s);

«**Comercializador**», a entidade registada para a comercialização de eletricidade, cuja atividade consiste na compra a grosso e na venda a grosso e a retalho de eletricidade;

«**Comercialização entre pares**» a venda de energia renovável entre participantes no mercado mediante um contrato com condições predeterminadas que regem a execução e liquidação automatizadas da transação diretamente entre os participantes no mercado ou indiretamente por intermédio de um terceiro participante no mercado, e cuja produção de efeitos registo não prejudica os direitos e obrigações das partes envolvidas na qualidade de consumidores finais, autoconsumidores individuais ou coletivos, produtores ou agregadores independentes;

«**Contador inteligente**» um dispositivo que integra um sistema eletrónico preparado para medir o consumo de eletricidade ou a eletricidade introduzida na rede e que pode transmitir e receber dados para efeitos de informação, monitorização, controlo e ação, recorrendo a uma forma de comunicação eletrónica;

«**Contrato de fornecimento de energia elétrica**» o contrato através do qual o comercializador se obriga a abastecer um cliente e este se obriga a pagar o respetivo preço, não incluindo contratos relativos a derivados de eletricidade;

«**Energia armazenada**» a energia elétrica acumulada em sistemas de armazenamento de energia, incluindo em veículos elétricos quando os mesmos sejam capazes de introduzir energia na rede, nomeadamente através dos pontos de carregamento bidirecionais

associados à IU;

«**Energia excedente**» a energia produzida por UPAC e não consumida nem armazenada;

«**Entidade inspetora**» a entidade acreditada para efetuar as inspeções prévias à emissão dos certificados de exploração, as inspeções periódicas e as inspeções em sequência de alterações ao título de controlo prévio;

«**Entidade instaladora**» a entidade habilitada por alvará ou certificado emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P., nos termos previstos no regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção, para a execução de instalações de produção de eletricidade ou o técnico responsável pela execução, a título individual, de instalações;

«**Entidade gestora do autoconsumo coletivo**» ou «**EGAC**» a pessoa, singular ou coletiva, que pode ou não ser autoconsumidor, designada pelos autoconsumidores coletivos, para a prática de atos em sua representação;

«**Ligação à rede**» os elementos da rede que permitem que uma determinada IU, UPAC ou instalação de armazenamento se ligue fisicamente às infraestruturas de transporte ou distribuição de eletricidade da RESP;

«**Operador da rede de distribuição**» ou «**ORD**» o operador da rede que exerce a atividade de distribuição e é responsável pela construção, exploração e manutenção da rede de distribuição e, quando aplicável, pelas suas interligações, bem como por assegurar a garantia de capacidade da rede a longo prazo;

«**Ponto de interligação**» o ponto da rede existente ou a criar onde se prevê ligar a linha que serve uma UPAC, uma instalação de armazenamento, uma instalação de utilização ou outra rede;

«**Ponto de receção**» o ponto da rede onde se faz a entrega ou a receção de eletricidade à IU, à UPAC, à instalação de armazenamento ou a outra rede, localizado nos terminais, do lado da rede, do órgão de corte, ou, quando este não exista, do elemento de transição, que separa as instalações, conforme projeto aprovado nos termos do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas;

«**Rede Elétrica de Serviço Público**» ou «**RESP**» o conjunto das instalações de serviço público destinadas ao transporte e à distribuição de eletricidade que integram a RNT, a RND e as redes de distribuição em BT;

«**Unidade de produção para autoconsumo**» ou «**UPAC**» uma ou mais unidades de produção que tem como fonte primária a energia renovável, incluindo ou não instalações de armazenamento de energia, associada(s) a uma ou várias IU, destinada primordialmente à satisfação de necessidades próprias de abastecimento de energia elétrica, que sejam instaladas nessa(s) IU e/ou na proximidade da(s) IU que abastecem, podendo ser propriedade de e/ou geridas por terceiro(s).

<Coeficientes de Partilha Variável> correspondem à metodologia de partilha de energia dentro dos membros da respetiva comunidade. Sendo que a energia será encaminhada diretamente para os CPE's em regime de consumo instantâneo, sem que a produção seja direcionada para pontos específicos, ocorrendo a perda de aproveitamento se estes não estiverem a consumir.

Informação da UPAC

Instalação ligada à rede: ☒

Registo:	Data/Hora:	Estado:	Data validade UPAC:
30197/UPAC	2025-01-16 16:23:19.87	Pedir inspeção/UPAC	2027-01-25

Denominação social: *	NIF/NIPC: *	Email entidade:	Pessoa contacto: *	Telemóvel: *
MUNICÍPIO DE BRAGA	506901173	municepe@cm-braga.pt	municepe@cm-braga.pt	917886686

Morada: *	Código Postal: *
PRACA CONDE DE AGROLONGO, nº 9601 --	4700 - 312 BRAGA

CPE: *	CPE de produção:	Operador de rede: *
PT0002000080720487GN	PT0002970080720487DT	E-REDES - DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, S

Potências:

Potência contratada: *	Potência certificada IU: *	Potência requisitada: *	Tensão de alimentação:	Tensão de contagem:
232.50 kW	500.00 kW	500.00 kW	5000.00 V	400 V

Potências produção:

Potência geradores:	Pot. Instalada (Inversores):	Injeta energia na rede:
68.85 kW	68.85 kW	

Solar:	Hídrica:	Eólica:	Biomassa:	Biogás:
68.85 kW	0.00 kW	0.00 kW	0.00 kW	0.00 kW



RECIBO DE SUBMISSÃO

Para os devidos efeitos, declara-se que o registo 267951/MCP em nome de MUNICÍPIO DE BRAGA com o NIF/NIPC 506901173, foi efetuado ao abrigo do disposto do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, tendo autorização para entrada em exploração nos termos do referido diploma e legislação complementar.

Nos casos nos quais se encontra prevista a injeção de energia excedente na rede, serve a presente declaração para permitir a realização do contrato de compra e venda da energia produzida e não consumida na instalação de consumo, considerando os seguintes elementos:

- Injeta energia na rede: Não
- Denominação produtor: MUNICÍPIO DE BRAGA
- NIF/NIPC: 506901173
- Morada: RUA ORFAOS, n.º 9002 PAVILH, 4700-137 BRAGA
- CPE: PT0002000068252306LQ
- CPE de produção: PT0002970068252306RG
- Fonte: Solar
- Potência geradores: 8.28 kW
- Potencia instalada: 8.00 kW
- Potência de injeção na RESP: 0.00 kW
- Instalação ligada à RESP: Sim
- Data de autorização para entrada em exploração: 2024-03-21

A presente declaração é válida pelo prazo de 6 meses, contado a partir da data de emissão.

Lisboa, 20 de fevereiro de 2025

Declaração emitida automaticamente pelo Portal do Autoconsumo, nos termos do Artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro.

RECIBO DE SUBMISSÃO

Para os devidos efeitos, declara-se que o registo 294769/MCP em nome de MUNICÍPIO DE BRAGA com o NIF/NIPC 506901173, foi efetuado ao abrigo do disposto do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, tendo autorização para entrada em exploração nos termos do referido diploma e legislação complementar.

Nos casos nos quais se encontra prevista a injeção de energia excedente na rede, serve a presente declaração para permitir a realização do contrato de compra e venda da energia produzida e não consumida na instalação de consumo, considerando os seguintes elementos:

- Injeta energia na rede: Não
- Denominação produtor: MUNICÍPIO DE BRAGA
- NIF/NIPC: 506901173
- Morada: AV ESTADIO DUME, nº 9000 BOMBEI, 4700-441 BRAGA
- CPE: PT0002000121684344JH
- CPE de produção: PT0002970121684344HY
- Fonte: Solar
- Potência geradores: 36.45 kW
- Potencia instalada: 30.00 kW
- Potência de injeção na RESP: 0.00 kW
- Instalação ligada à RESP: Sim
- Data de autorização para entrada em exploração: 2024-10-08

A presente declaração é válida pelo prazo de 6 meses, contado a partir da data de emissão.

Lisboa, 20 de fevereiro de 2025

Declaração emitida automaticamente pelo Portal do Autoconsumo, nos termos do Artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro.